

CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 22 a 26 de abril de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

DESTAQUES DA SEMANA

O noticiário semanal da mineração mostra um enorme contraste entre o que ocorre no Setor Mineral Brasileiro e na sua contraparte internacional. Enquanto em todo mundo se observa a multiplicação de soluções regulatórias, tecnológicas e comerciais para a expansão da produção mineral, no Brasil se discute a altura dos obstáculos que o governo quer impor ao desenvolvimento da atividade. Essa realidade incômoda é evidenciada por várias matérias publicadas no noticiário desta semana, retratando a profunda divergência entre os setores governamental e privado ligados à mineração Brasileira.

Enquanto o Brasil se perde no debate inútil entre os benefícios da livre iniciativa ou da estatização de atividades típica e tradicionalmente operadas em regime de livre mercado, sobretudo no tocante à pesquisa mineral, nosso potencial mineral Brasil vai sendo excluído desse cenário de inovações competitivas em curso nos países líderes em termos de pesquisa e produção mineral. Infelizmente, nossas autoridades públicas municipais, estaduais e federais se empenham apenas na multiplicação de propostas de estratégias para aumentar a arrecadação de receitas derivadas da pesquisa e da produção mineral, enquanto nossos concorrentes ampliam estratégias para atrair investimentos privados, com mediadas que incluem a facilitação que incluem desde a consolidação de grandes empresas á formalização de pequenos mineradores ilegais.

O resultado, como mostram os números divulgados pelo MEG (Metals Economic Group) é o contraste entre o nanismo dos investimentos no Setor mineral Brasileiro e o tamanho do potencial do território nacional, quando comparado ao que vem acontecendo em outros países. Os exemplos são inúmeros. Somente o Peru, nosso vizinho, país que tem uma território com área equivalente à do Estado do Pará (ou sete vezes menor que o do Brasil), recebeu quase o dobro em investimentos em pesquisa mineral o ano passado. No mesmo período, a Austrália, país com área territorial e geologia muito similar ao Brasil, recebeu quase cinco vezes mais.

Essas diferenças ficam mais alarmantes ainda se compararmos, por exemplo, a mineração peruana com a mineração em áreas indígenas no Brasil. Com uma população indígena quase 30 vezes maior que a do Brasil e território nacional pouco maior do que o território correspondente às nossas áreas indígenas o Peru é um dos maiores produtores mundiais de ouro e metais básicos. Enquanto isso as áreas indígenas seguem completamente vedadas a investimentos em mineração e submetidas a toda sorte de atividades ilegais, inclusive de mineração, que nada produzem formalmente, exceto a destruição do meio ambiente e, pior ainda, da cultura, da saúde e da segurança das nossas populações indígenas, ao mesmo tempo em que enriquecem criminosos e contrabandistas de ouro, diamante, tântalo, estanho, entre outros produtos naturais que delas se extraem.

Temos grandes reservas de urânio, que não têm qualquer valor de mercado, apesar da grande valorização desses recursos minerais em todo mundo, simplesmente porque, aqui, os minerais de interesse para nossa inexpressiva e retardatária “indústria nuclear” são monopólio do Estado.

Não temos mecanismos de financiamento à pesquisa mineral porque o Governo outorga um “título precário” e não há normas confiáveis no mercado de capitais, conforme demonstram, de um lado, a decisão de sustar o ritmo de outorgas de alvarás de pesquisa nos últimos anos e, de outro, dois escândalos recentes: a capitalização da Petrobrás e o debacle das “empresas X”, duas empresas que aplicaram, à luz do dia, golpes inadmissíveis contra seus acionistas minoritários.

A causa para esses contrastes entre o grande potencial econômico o enorme subdesenvolvimento da exploração dos recursos minerais brasileiros, diagnosticada por todos os agentes do mercado, como atesta o noticiário desta semana, não é outra que não a incapacidade de nossas autoridades governamentais em refrearem seu ímpeto intervencionista e arrecadatário sobre o Setor Mineral, permitindo que ele funcione sob um clima de competitividade, com estabilidade jurídica e atratividade econômica, tanto sob o ponto de vista de nossa potencialidade quanto do das oportunidades oferecidas pelo mercado internacional.

Ou os *stakeholders* comprometidos com o desenvolvimento do nosso Setor Mineral abandonam essa disputa ideológica estéril entre governo e setor privado, que surgiu nos últimos quatro ou cinco anos, sem qualquer justificativa plausível, ou vamos continuar assistindo ao desmonte de nossas capacidades financeiras, tecnológicas e até intelectuais de pesquisar e extrair nossos recursos minerais.

Demorar nessa discussão que questiona o essencial como estratégia de se conseguir o acessório – o aumento das receitas fiscais derivadas da mineração – equivale a matar, por sufocação, a “galinha dos ovos de ouro” que sustenta boa parte de nossa balança comercial e do desenvolvimento de infra-estrutura sócio econômico nas regiões interiorizadas.

Pensar que a CPRM pode fazer pesquisa mineral não é irrealista. Irrealista é pensar que ela pode ser mais eficiente que os milhares de profissionais que compõem o conjunto de prospectores individuais e das equipes altamente especializadas das empresas juniores e de maior porte.

Imaginar que o governo possa realizar leilões de áreas de pesquisa mineral não é irrealista, até porque ele já o faz em alguns casos, como o do regime de disponibilidade. Irrealista é imaginar que tal sistema, que registra fracassos monumentais como os mais de trinta anos de espera pelas licitações de áreas de RENCA (Reserva Nacional de Cobre e Associados) e de milhares de hectares de alvarás de pesquisa da própria CPRM possa ser mais eficiente do que o dinâmico e mundialmente consagrado Regime de Prioridade.

Sinceramente, está na hora de colocar essa discussão acerca do Código de Mineração lado e começar pensar e agir objetivamente no fortalecimento da DNPM e no retorno ao foco do projeto de transformação da Companhia de Pesquisa Mineral em Serviço Geológico, separando, conforme desejam prefeitos e governadores, a revisão das alíquotas da CFEM. Ou nossas autoridades abrem mão dos pontos de vista que, conforme documentam as principais matérias sobre o Setor publicadas nesta semana, estão prejudicando o bom desenvolvimento do Setor Mineral Brasileiro ou a mineração seguirá o mesmo caminho trilhado por aquela famosa vaca que se dirigiu ao brejo e definhou até a morte no atoleiro que ela mesma buscou.

Luciano de Freitas Borges – Ad Hoc Consultores Associados Ltda.

1-22/04/2014

À espera de mudanças

Por Juan Garrido | Para o Valor, de São Paulo

A projeção do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) para 2014 aponta para uma receita de US\$ 43 bilhões da produção mineral brasileira. Caso confirmada, serão US\$ 10 bilhões a menos que em 2011, ano de recorde histórico para o setor. Tal prognóstico é uma ducha de água fria num mercado acostumado a saltos sucessivos na produção entre 2001 e 2011, saindo de US\$ 5 bilhões para US\$ 53 bilhões. Segundo o presidente do Ibram, José Fernando Coura, a mineração brasileira amarga um momento de dificuldades e de preços em queda. "A previsão é também de redução de investimentos, sobretudo em exploração mineral, de acordo com as próprias projeções divulgadas pelas mineradoras para os próximos cinco anos."

A mineração tem contribuição decisiva para a balança comercial e para a interiorização do crescimento econômico. Segundo o Ibram, o saldo da balança mineral de 2013 foi 12,5 vezes maior que o saldo da balança comercial do país como um todo.

Enquanto a mineração apurou quase US\$ 32 bilhões (8% mais que em 2012), o superávit comercial do Brasil mal chegou a US\$ 2,6 bilhões (87% menor que o do ano anterior). Pelos dados do Ibram, os embarques que puxaram as exportações do setor foram os de minério de ferro, com US\$ 32,5 bilhões (4,8% a mais que em 2012). Vieram a seguir as vendas externas de ouro em barras, com US\$ 2,66 bilhões (+ 14%); cobre, com US\$ 1,83 bilhão (+ 20,9%); e nióbio, com US\$ 1,6 bilhão (queda de 11,3%).

No ano 2000 o setor era responsável por 0,59% do PIB brasileiro, percentual que chegou a 5% em 2013. Mas os líderes setoriais entendem que o refluxo das previsões de produção e investimentos decorre das indefinições e demora na votação pelo Congresso do PL 5.807/2013 - ou Marco Regulatório da Mineração - que substituiu o decreto-lei 227, de 1967.

Segundo eles, esse vácuo inviabiliza o planejamento antecipado de negócios, frente à crescente demanda mineral induzida pelo processo de urbanização de países emergentes com expressivas áreas territoriais, alta densidade demográfica e alto PIB.

Na visão do consultor da área de mineração José Mendo, o cenário atual é de insegurança jurídica. "A mineração, por sua própria natureza, convive bem com o risco, mas não com a incerteza regulatória", diz. Ele lembra que governo começou a pensar em substituir o marco há quatro anos, sendo que só no Congresso a proposta está há dez meses e dificilmente terá um desfecho neste ano eleitoral. "Com isso a mineração fica no pior dos mundos, que é o do limbo jurídico."

Uma das medidas propostas pelo governo para a concessão de exploração de uma jazida é a de substituir o "direito de prioridade" (regime que garante ao primeiro interessado que se apresentar para explorar uma jazida recém-descoberta o direito de assim fazê-lo) por uma nova modalidade: a da licitação. Como toda licitação tem um edital com regras bem definidas, uma das dúvidas dos empresários é saber se uma empresa que já havia desenhado com antecedência o modelo de negócio de determinado projeto de exploração (e vier, porventura, a vencer o processo licitatório), irá conseguir encaixar o seu plano original dentro das regras do edital.

Em relação à China, que é o maior cliente brasileiro de minério de ferro, Mendo acha que não haverá grandes mudanças em 2014. O governo chinês está empenhado em cumprir as metas de redução de emissões de gases do efeito-estufa nas áreas industriais do país. "Combinado com o interesse estratégico do governo chinês de usar minério produzido em seu próprio país, que é de baixo teor, será preciso agregar a ele sempre minério de melhor teor, caso do produto brasileiro", diz.

Os preços do minério de ferro no mercado internacional, segundo preveem especialistas, devem oscilar entre US\$ 120/130 por tonelada, sem grandes solavancos em relação ao segundo semestre de 2013.

Entre os grandes do setor, a Vale estima produzir este ano 312 milhões de toneladas de minério de ferro e 43,8 milhões de toneladas de pelotas. A companhia já havia registrado recorde de vendas de minério de ferro e pelotas em 2013 (305,6 milhões de toneladas). Seus principais clientes são os mercados asiáticos, com 64,9% das vendas de minério de ferro e pelotas. A China por si só ficou com 47,7% do total, seguida por Brasil (11,8%) e Japão (10,2%).

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) projeta exportar 37 milhões de toneladas de minério de ferro, além de destinar 7 milhões de toneladas para o mercado interno. "O principal destino do minério exportado pela CSN é a Ásia, com 77% do total, sendo que o restante basicamente é exportado para a Europa", informa Daniel Santos Júnior, diretor de mineração.

"O minério de ferro produzido pela CSN é competitivo e a produção de suas minas encontra-se no primeiro quartil da curva de custos do mercado transoceânico", declara.

Pelos lados da Samarco (joint venture entre Vale e BHP Billiton) - que exporta praticamente 100% de sua produção de pelotas de ferro -, o diretor comercial Roberto Carvalho informa que os embarques para a China têm se reduzido nos últimos anos mais por estratégia da companhia do que pelo comportamento da siderurgia chinesa. A Samarco tem duas unidades industriais em Minas Gerais e no Espírito Santo, que são interligadas por dois minerodutos com 400 km de extensão cada, além de um terminal marítimo próprio em Ubu (ES).

A mineradora inaugurou neste mês sua quarta usina de pelotização em Ubu. Com a ampliação, a empresa passa a uma capacidade total de 30,5 milhões de toneladas de pelotas de minério em um só local, atrás apenas da Vale, que pode produzir 36 milhões de toneladas em seu complexo de Tubarão, ao lado de Vitória (ES).

Segundo Carvalho, a Samarco tem participação de 20% no mercado global de pelotas de minério de ferro. Vende 15% da produção para China, 30% para Oriente Médio e norte da África, 20% para a Europa, 20% para o restante da Ásia e 15% para as Américas. "Por volta de 2005 chegamos a vender mais de 40% de nossa produção para os chineses", conta Carvalho. Isso ocorreu porque outros mercados estavam em crise e foi preciso focar no grande importador.

2-22/04/2014

Queda de aportes afeta toda a cadeia produtiva

Por **Juan Garrido** | De São Paulo

Pelas projeções mais recentes do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), de US\$ 75 bilhões anunciados para o período 2012 - 2016, o valor dos investimentos do setor mineral decaiu para US\$ 53,6 bilhões (2014 - 2018). São 28,5 % a menos de recursos previstos para o novo quinquênio em relação ao anterior. O presidente da entidade, José Fernando Coura, alerta que a redução dos investimentos futuros impacta diretamente na cadeia produtiva e nas indústrias metal mecânica e elétrica.

Muitas das grandes companhias de mineração, no entanto, continuam tocando a todo vapor projetos de ampliação de produção e de logística elaborados há alguns anos. É o caso da Vale, que sabe muito bem que a mineração depende tanto do minério como da logística para ser competitiva. A empresa tem um orçamento previsto para 2014 de US\$ 14,7 bilhões, sendo US\$ 9,3 bilhões para a execução de projetos e US\$ 4,5 bilhões dedicados à manutenção das operações existentes, além de US\$ 900 milhões para P&D.

O principal projeto de minério de ferro - o maior da história da Vale - é o Carajás S11D, um investimento total estimado em US\$ 11,58 bilhões, a ser iniciado neste semestre (em 2014 serão aplicados US\$ 1,9 bilhão) e concluído em 2018. O projeto inclui a duplicação de 570 km da estrada de ferro; a construção de um ramal ferroviário com 101 km; a aquisição de vagões, locomotivas e expansões onshore e offshore no terminal marítimo de Ponta da Madeira, adjacente ao Porto de Itaqui e próximo à capital maranhense São Luís.

No caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a expectativa é de investimentos de R\$ 1,5 bilhão em mineração neste ano. Serão aplicados na expansão da mina de Casa de Pedra, em Congonhas (MG), do Porto de Itaguaí, no município de Itaguaí (RJ) - onde a CSN administra dois terminais - e na mineradora controlada Namisa (Nacional Minérios S.A.).

A quarta usina de pelotização da Samarco, na unidade de Ubu, em Anchieta (ES), concluída neste mês, exigiu R\$ 6,4 bilhões, sendo US\$ 1,7 bilhão levantado em emissões de bônus nos EUA e o restante do caixa próprio da Samarco. O investimento permitirá um salto de 37% na produção, que passa a ser de 30,5 milhões de toneladas de pelotas de minério por ano.

3-22/04/2014

Mineroduto integrado a porto ajuda na

Por Genilson Cezar | Para o Valor, de São Paulo

As soluções integradas minerodutos-portos ou ferrovias-portos são atualmente os caminhos trilhados pelas grandes mineradoras brasileiras para superar os gargalos logísticos do transporte de minérios visando atender aos consumidores nacionais e internacionais, além de reduzir os custos das operações.

O empreendimento que está em fase de implantação pela Anglo American inclui a construção de um mineroduto de 529 quilômetros. Sai da mina de minério de ferro e unidade de beneficiamento em Conceição de Mato Dentro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais, atravessa 32 municípios mineiros e fluminenses, até chegar ao terminal de minério de ferro do Porto de Açu, em São João da Barra (RJ), montado em parceria com Prumo Logística Global, antiga LLX, controlada desde outubro de 2013, pela americana EIG Global Energy Partners.

"Os entraves na infraestrutura logística se tornaram mais críticos nos últimos anos, e a natureza do nosso negócio é tal que se não fosse essa decisão de transportar o minério por meio de um grande mineroduto, um projeto ambicioso como o Minas-Rio, de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro, com o primeiro embarque previsto para o final deste ano, não seria viável", conta Paulo Castellari, presidente da unidade de negócio minério de ferro Brasil da Anglo American.

"É a forma mais barata e econômica de transportar o produto, e também a mais segura e mais confortável. Dá trabalho na parte de construção, porém, depois, é uma maneira simples e responsável sob o aspecto do meio ambiente. Estimamos que o custo de movimentação por tonelada seja de US\$ 2, em comparação com US\$ 10 por toneladas numa ferrovia", diz o executivo.

O projeto de expansão da Samarco, inaugurado no dia 9 de abril, em Germano (MG), também passa pela construção de um terceiro mineroduto, construído paralelamente a outros dois já existentes. Com 400 quilômetros de extensão, o mineroduto atravessa 25 municípios mineiros e capixabas e tem capacidade para transportar 20 milhões de toneladas de póla de minério de ferro por ano.

A via de escoamento do minério se integra ao Terminal Portuário de Ubu, até agora apto a escoar 23 milhões de toneladas por ano, que foi adaptado e teve sua capacidade de movimentação de carga aumentada para até 33 milhões de toneladas por ano.

Segundo Cristiano Parreira, diretor administrativo do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais, que representa empresas responsáveis por 50% da produção mineral brasileira, a logística de transporte de minério é muito dependente da malha ferroviária. As minas localizadas na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais são atendidas pela malha ferroviária da MRS e pela Ferrovia Vitória-Minas.

Para a Baía de Sepetiba (RJ), estão previstos dois grandes investimentos: R\$ 4 bilhões no Porto Sudeste do Brasil, em Itaguaí, que terá capacidade inicial de embarque de sete milhões de toneladas de minério de ferro este ano, podendo chegar a 50 milhões de toneladas em 2016, e de R\$ 2 bilhões no Porto de Itaguaí, no mesmo município, para aumentar sua capacidade para 45 milhões de toneladas de minério de ferro.

Os investimentos na melhoria dos portos brasileiros são fundamentais para a melhoria da movimentação atual e futura de minério de ferro nos portos brasileiros, avalia Antonio Henrique Pereira Silveira, ministro-chefe da Secretaria Especial de Portos. Em 2013, segundo ele, o complexo portuário nacional movimentou 931 milhões de toneladas de carga bruta, 2,9% maior que 2012.

A estimativa da SEP é que com o novo contexto regulatório, marcado pelo incentivo de oferta de instalações e infraestrutura portuária, o investimento em portos públicos e terminais de uso privado voltados à movimentação de minérios alcance R\$ 12,6 bilhões até 2019. No Ministério dos Transportes, a previsão é que as obras com investimentos diretos do governo em ferrovias contemplem recursos da ordem de R\$ 11,7 bilhões até dezembro de 2015.

4-22/04/2014

Vendas de máquinas têm queda

Por **Roger Marzochi | De São Paulo**

A redução no ritmo de crescimento da produção mineral teve reflexo nas empresas que fazem parte da cadeia produtiva do setor. As mineradoras postergaram investimento e chegaram a suspender encomendas dos fabricantes de equipamentos. A maioria dos produtores avalia que a situação só deverá ser normalizada entre 2015 e 2016.

"As indústrias de equipamentos para o setor de mineração estão precisando de capital de giro porque não estão faturando. E, se caminhar assim, não teremos mais fábrica de equipamentos para mineração e cimento no Brasil", afirma Valter Furlan, presidente da Câmara Setorial de Cimento e Mineração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

De acordo com estimativa da Abimaq, 192 companhias produzem equipamentos para o setor no Brasil, empregando 56,3 mil pessoas. Associadas à Abimaq são 95 empresas, que empregam 46 mil trabalhadores, faturam anualmente R\$ 13 bilhões e representam 16,6% do valor total produzido pelo setor de bens de capital.

O gerente geral de vendas da Weir Minerals Brasil, Marcelo Sigalla, conta que houve a necessidade de demitir 50 funcionários em decorrência da queda no ritmo de produção das mineradoras. A empresa tem 400 funcionários e produz no Brasil bombas de polpa, a lama produzida na atividade da mineração, tanto para escoamento dentro da planta como para bombear o fluxo da produção escoada por meio de minerodutos. O faturamento da companhia caiu 10% no ano passado. "O golpe foi grande para nós na área de equipamentos. No começo de 2013 as mineradoras começaram a enxugar custos. Uma das medidas iniciais foi a redução do volume de estoques. Isso nos afetou também com queda nas vendas de peças para reposição", explica.

Para 2014, a expectativa é de crescimento de 20% no faturamento, com ajuda de um projeto de expansão de minas da Vale em Itabirito e Mariana, em Minas Gerais. Mas os recursos virão, principalmente, na reposição de peças. "Só em 2015 e 2016 a mineração voltará a crescer. Nós crescemos agora com a parte de serviço e peças." A empresa forneceu bombas gigantescas, de 18 toneladas, para a expansão do mineroduto da Samarco e para o mineroduto da Anglo American, mas foram negócios fechados há quatro anos.

A Metso também teve que adequar o número de funcionários à redução do ritmo de pedidos das mineradoras, segundo Anderson Brini, vice-presidente de vendas de serviço para o Brasil. Entre o ano passado e o início deste ano, foram demitidos 80 trabalhadores. A companhia tem 1.500 empregados e produz equipamentos de britagem, equipamentos de classificação de minerais, equipamentos usado na moagem dos minerais. Apenas 20% dos produtos são importados, sendo que o restante é fabricado em sua unidade em Sorocaba. "Temos uma expectativa de melhora forte no segundo semestre. Haverá uma reviravolta no volume de minério exportado."

Já o mercado de escavadeiras e caminhões de grande porte sentiu pouco o impacto. Marcos Costa, gerente de marketing da divisão de mineração da Komatsu, confirma que houve postergações de investimentos, 80% delas na área de minério de ferro e carvão. "Como temos contrato com os grandes players temos uma participação relevante. E o que se viu foram algumas postergações de entrega. Houve um cancelamento ou outro, mas foi pequeno. Mas será a partir de 2015 que esperamos um aquecimento maior do mercado."

É o mesmo horizonte que vislumbra Afrânio Chueire, presidente da Volvo Construction Equipment Latin America. "Em dois anos, acreditamos que os níveis de investimento devem voltar a aumentar", afirma.

5-22/04/2014

Inovação no setor conta com sensor em abelhas

Por **Roger Marzochi** | Para o Valor, de São Paulo

Sensores microscópicos serão implantados na cabeça de abelhas e na boca de suas colmeias na Floresta Nacional de Carajás, no Pará, onde estão localizadas as maiores minas de minério de ferro do mundo, exploradas pela companhia Vale. Luiz Mello, diretor de Inovação e Tecnologia da empresa, diz que o projeto começará este ano e tem como objetivo monitorar o impacto da mineração no meio ambiente, bem como identificar mudanças ambientais provocadas pelo aquecimento global.

A busca pela redução do impacto ambiental é uma das frentes de investimento em inovação tecnológica feito nos últimos anos pelas mineradoras, que também lançam mão de novas tecnologias para a redução de custos, melhoria de processos, ampliação do tempo de vida de suas jazidas e a busca de novas áreas de exploração, que já ultrapassam os limites do continente.

A Vale receberá até o fim deste ano um navio de pesquisas oceanográficas, obtido em conjunto com o Ministério de Ciência e Tecnologia e a Marinha, que realizará pesquisas sobre minérios no mar, a mais nova fronteira de exploração para esse setor nos próximos 50 anos. O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) se preocupa em incentivar o desenvolvimento de tecnologias no país para esse novo desafio. Segundo Roberto Ventura, diretor de geologia e recursos minerais do CPRM, os EUA devem abrir a tecnologia de um veículo autônomo capaz de atingir a profundidade de 7 mil metros para que o Brasil possa embarcar novos equipamentos.

O governo e institutos de fomento à pesquisa, como a Finep, buscam elevar o financiamento para o setor, que ocupa o 10º lugar no ranking de exploração mineral no mundo, posição que, na visão de especialistas, reflete mais falta de políticas de incentivo à exploração mineral e flexibilidade na liberação de licenças ambientais do que à defasagem tecnológica. Segundo Paulo Jose Resende, superintendente da área de fomento e novos negócios da Finep, dos R\$ 10 bilhões liberados para pesquisa pela instituição nos últimos quatro anos, R\$ 500 milhões foram destinados para pesquisas em inovação na área de mineração.

Mas para Onildo João Marini, secretário executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira, a baixa procura por financiamento é decorrente da falta de membros da indústria no processo de aprovação das pesquisas que seriam realmente importantes para o setor. "Esse comitê que vai julgar e elaborar os editais sobre oferta de recursos e depois vai julgar as propostas é formado por 100% com pessoal da academia. Deveria ter gente da indústria e outros ministérios", afirma. A Vale destinará em 2014 US\$ 900 milhões em pesquisa e desenvolvimento.

Denilson Araújo, gerente geral de Tecnologia e Ecoeficiência da Samarco, explica que os principais investimentos da mineradora em inovação tecnológica buscam "viabilizar o futuro do nosso negócio". A empresa, que investirá neste ano R\$ 22 milhões em pesquisa e desenvolvimento, três vezes mais que o aplicado no ano passado, usa desde 2011 uma tecnologia de moinhos verticais, que moem o minério extraído do solo. Após estudos, chegou a uma tecnologia que proporciona 40% de economia de energia elétrica. Além disso, a empresa buscou parceria com o Centro Desenvolvimento de

Tecnologia Nuclear, órgão federal vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia que, em Belo Horizonte, fica instalado no campus da Universidade Federal de Minas Gerais, para dar um destino aos rejeitos acumulados no processo de mineração.

Já a ArcelorMittal desenvolveu uma técnica para empilhar os rejeitos produzidos pela mineração de minério de ferro na Mina Serra Azul, na cidade de Itatiaiuçu (MG). Segundo Samir Della Santina Mohallem, geólogo da companhia, ao conseguir empilhar o rejeito, a empresa conseguiu recuperar 70% da água utilizada no processo. Hoje em dia, os rejeitos são concentrados em uma barragem, que gera muito mais riscos ambientais caso a barreira seja rompida. A atividade da empresa gera 1,5 milhão de toneladas de rejeito anualmente.

6-22/04/2014

Insegurança jurídica prejudica pesquisas

Por **Domingos Zaparolli** | De São Paulo

Os investimentos globais em pesquisa mineral estão em declínio e afetam o Brasil, que é dependente de recursos estrangeiros para essa atividade. Segundo relatório do Metals Economic Group (MEG), os investimentos em metais não ferrosos caíram 29% em 2013, ficando em US\$ 15,2 bilhões. Os investimentos na prospecção de minério de ferro foram reduzidos de US\$ 2,89 bilhões para US\$ 1,74 bilhão. A expectativa é que não haja uma recuperação do nível de investimentos em menos de dois anos, diz Onildo João Marini, diretor executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb). "Chegamos ao fim de um ciclo de alta nos preços internacionais dos minérios e no momento não há disposição de investimento na busca de novas reservas."

Essa realidade de mercado tem afetado diretamente as empresas juniores brasileiras, companhias de pequeno e médio porte que se dedicam exclusivamente à pesquisa mineral e são majoritariamente dependentes de capital de risco estrangeiro, captado principalmente na bolsa de Toronto, no Canadá. O lucro dessas companhias vem da venda do direito de exploração das jazidas encontradas. Marini diz que das 80 empresas juniores do país, pelo menos 40 encontram-se no momento inativas por falta de recursos. "O investidor está seletivo. E o Brasil, devido aos seus altos custos e a insegurança institucional relacionada à discussão do novo código mineral não é atrativo."

Entre os custos que reduzem a competitividade da exploração mencionados por Marini estão os de energia e combustível, a carga tributária e principalmente o de logística. As novas fronteiras minerais do Brasil estão em regiões da Amazônia ou do Centro-Oeste que não dispõem de infraestrutura adequada, como a área de prospecção de ouro em Tocantinzinho, na província mineral do Tapajós, no Pará, ou a prospecção de potássio no rio Madeira, ou as províncias minerais do Araguaia e de Barro Alto, em Goiás.

A redução do interesse na atividade de prospecção de novas jazidas minerais no país pode ser verificada nos dados da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), órgão responsável pela emissão de alvarás de pesquisa. Em 2011, foram requeridos 26.695 alvarás. No ano seguinte o número caiu para 20.465, limitando-se a 19.100 no ano passado. O número de alvarás concedidos cresceu 53% entre 2012 e 2013, totalizando 13.562. Mas o crescimento, avalia Marini, se deve a um represamento na liberação de alvarás em 2012 por parte do Ministério das Minas e

Energia, que trabalhava com a perspectiva de um desfecho rápido na aprovação no Congresso Nacional do novo código mineral.

A Brazil Resources Inc, é uma júnior que se mantém ativa, mas com atividades reduzidas. Criada há quatro anos pelo geólogo Paulo Pereira com o objetivo de realizar pesquisa de jazidas de outro, a companhia é financiada basicamente por recursos captados na bolsa de Toronto, onde possui ações que hoje estão pulverizadas entre dois mil investidores. Com uma equipe de 25 pessoas, em quatro anos, a companhia já investiu US\$ 20 milhões em quatro projetos minerais no Pará, que se encontram em trabalho avançado de prospecção, e possui quatro outros projetos em início de desenvolvimento em Goiás, no Maranhão e no Amazonas.

7-22/04/2014

Nas cidades, receita cresce mais que o desenvolvimento

Por **Rosângela Capozoli | Para o Valor, de São Paulo**

Encravada na maior província mineral do mundo, na Serra dos Carajás, no Estado do Pará, o município de Parauapebas ocupa o 50º lugar entre as 5.569 prefeituras brasileiras em arrecadação. A cidade só perde para capitais e grandes cidades das regiões Sul e Sudeste. A razão dessa privilegiada colocação é o impulso decorrente da mineração. A Vale S.A., única mineradora que opera em Parauapebas e cidades do entorno, gera 7,2 mil empregos diretos e outros 43 mil indiretos.

A receita generosa, no entanto, não tem mudado muito o perfil sócio-econômico da cidade, um fato que se repete em outros municípios que abrigam mineradoras. Embora a arrecadação de Parauapebas tenha saltado de R\$ 678 bilhões em 2012 para R\$ 1, 153 bilhão no ano seguinte, sua posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,715. Apesar de ser o 3º melhor do Estado, no conjunto do país o índice despenca para 1.454ª posição.

Os gestores destacam números positivos. "No ano passado, apenas o setor de educação recebeu recursos de R\$ 242 milhões, seguido de saúde com R\$ 231 milhões, além de R\$ 80 milhões aplicados em saneamento básico", detalha Wander José Nepomuceno, secretário municipal de Planejamento e Gestão da Parauapebas. "O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do nosso município é de 4,7, maior que a média do índice do Brasil, que foi de 4,1, e um dos maiores do Estado do Pará", diz.

Dos 5.565 municípios brasileiros, cerca de 2 mil têm a economia local relacionada com a mineração, e entre essas regiões destaca-se Itabira, em Minas Gerais. Denominada "Cidade do Ferro", Itabira é movida pela mineração. "Entre empregos diretos e indiretos Itabira emprega cerca de 15 mil trabalhadores na mineração. Hoje contamos com 110 mil habitantes, crescimento populacional alavancado pela a mineração", diz Giovanni Acácio Gomes de Oliveira, chefe do departamento de ciência e tecnologia da prefeitura.

8-22/04/2014

Exigência ambiental resulta em maior comprometimento

Por **Jane Soares | Para o Valor, de São Paulo**

A mineração é considerada uma atividade essencial para o desenvolvimento econômico e social de muitos países, Brasil inclusive. A extração nacional de minerais resultou em uma receita de US\$ 43 bilhões no ano passado, sem incluir petróleo e gás. Por outro lado, é impossível ignorar os danos causados pela atividade ao meio ambiente: degradação dos terrenos, poluição das águas, do ar e sonora, danos à biodiversidade, só para ficar nos mais comuns.

É possível conciliar mineração e preservação do meio ambiente? Ambientalistas e o setor produtivo divergem. "Há uma incompatibilidade absoluta entre a escala de produção de minérios, ditada pelo mercado mundial, e a preservação ambiental. Entre 2002 e 2011, a extração de zinco aumentou cerca de 648%, a de cobre, 597%, a de bauxita, 140%, e a de minério de ferro, 88%", afirma Carlos Bittencourt, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). "A mineração foi um dos primeiros setores a incorporar a questão ambiental para atender à crescente exigência da sociedade e ao que determina a Constituição", rebate Rinaldo Mancin, diretor de assuntos ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Bittencourt explica que um dos mais sérios impactos é em relação ao consumo e contaminação das águas superficiais e subterrâneas. "A mineração usa quantidades gigantescas de água e é uma das atividades econômicas que mais poluem esse recurso natural, causando graves danos às populações", comenta. Para dar uma dimensão do problema, o pesquisador diz que apenas uma grande mineradora produziu, em 2012, 72,2 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos industriais não tratáveis. "Em seu relatório de sustentabilidade, explica que 76% desses efluentes foram descartados em rios, reservatórios e barragens, e 17% no mar", afirma.

Mas Mancin destaca a importância cada vez maior da questão ambiental para o setor. "Pesquisa realizada com as principais mineradoras do país mostram um avanço expressivo", explica o executivo. Na década de 1990, por exemplo, 30% das companhias tinham objetivos e metas ambientais, 40%, mecanismos de acompanhamento, e 35%, programas de atendimento a emergências. Em 2012, 90% afirmaram ter todos estes instrumentos de gestão de riscos. "Hoje, o respeito ao meio ambiente é extremamente valorizado no mercado internacional. Alguns bancos, inclusive, endurecem na hora de conceder crédito para empresas que não adotam critérios ambientais."

Outro aspecto que separa ambientalistas e executivos do setor é a concessão das licenças ambientais. As empresas queixam-se das exigências crescentes, da demora na liberação dos documentos, da burocracia, da abrangência. "Há 30 anos, quando foram criadas, as licenças referiam-se apenas a problemas ambientais. Hoje, esse objetivo se esvaziou e se exige licença ambiental para qualquer empreendimento. Os novos parâmetros levam em conta cavernas, comunidades indígenas e quilombolas, patrimônio imaterial. Resultado: os órgãos que emitem as licenças estão sobrecarregados", queixa-se Mancin. "O licenciamento tem se mostrado claramente insuficiente para proteger os biomas dos impactos da mineração. É preciso deixar claro onde não se pode minerar", diz Bittencourt. "Precisamos debater qual a estratégia nacional para a mineração, já que apenas uma pequena parte dos recursos vindos da atividade fica efetivamente no Brasil."

O assunto torna-se mais polêmico quando envolve a atividade em terras indígenas. A quarta edição da pesquisa "Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira", realizada em 2013 pelo Instituto Socioambiental (ISA), mostra a existência de 4.220 processos minerários, envolvendo 152 terras indígenas que, se desenvolvidos, cobririam

em média 37,6% destas áreas - em alguns casos, no entanto, a cobertura chegaria a 99%. "O assunto não interessa apenas às comunidades locais. É importante para toda a sociedade brasileira por colocar em risco a preservação de grandes extensões de terras", comenta Raul do Valle, coordenador de política e direito do ISA.

O Ministério das Minas e Energia (MME) reconhece a necessidade de regulamentar o artigo constitucional que estabelece que a exploração de recursos minerais "só pode ser realizada com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando assegurada aos índios a participação nos resultados da lavra". Vários projetos de lei (PL) tratam do assunto, mas foram apensados ao polêmico PL 1610/1996, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que tramita em regime de urgência pelo Congresso.

Para críticos do projeto, como o Ibase e o ISA, ele é um claro retrocesso em relação a propostas anteriores e pretende liberar a mineração em terras indígenas, sem fixar diretrizes efetivas para resguardar os direitos das comunidades e o meio ambiente. Entre os vários problemas do PL 1610, o ISA diz que a concessão mineral é outorgada anteriormente à realização do licenciamento ambiental, uma clara inversão de procedimentos.

"O projeto não faz o principal: não consulta os povos indígenas desrespeitando a Constituição e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)", explica Valle, destacando que a consulta prévia está restrita a um único momento, antes da manifestação do Congresso Nacional e da fase de licitação. "E mesmo que os índios sejam contrários à mineração, terão de se submeter aos interesses do governo e das mineradoras."

"A mineração nas reservas deveria ser feita apenas em casos excepcionais e quando não ameaça a cultura e subsistência dos índios" reforça Bittencourt, do Ibase. Já Mancin afirma que os índios são os maiores defensores da mineração. "A visão assistencialista da Funai evoluiu e hoje os povos indígenas tomam suas próprias decisões. E como a maioria dos brasileiros, querem qualidade de vida."

9-22/04/2014

Debate sobre novo código mineral continua indefinido no Congresso

Por **Rosangela Capozoli** | Para o Valor, de São Paulo

Ainda não há entendimento à vista quanto à aprovação de um novo código para a mineração - o atual já vigora há 50 anos e as negociações por um novo conjunto de leis já se arrasta por anos. O governo quer o fim do 'direito de prioridade', um dos pontos de que as empresas não abrem mão. Pela regra em vigor, hoje, quem sair na frente na pesquisa, em uma área livre, ganha automaticamente o direito de exploração da jazida. Argumenta o governo que brechas na lei estimulariam a especulação dos títulos minerários. Por esse ponto de vista, o fato de as empresas terem direito a renovar, por tempo indeterminado, os direitos de pesquisa e exploração, faria com que não se preocupassem com investimentos.

Outro ponto de atrito são as alíquotas de royalties. As mineradoras defendem regras claras de tributação que no entender do setor proporcionaria maior segurança jurídica.

A proposta é de aumento da alíquota média da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Já a intenção do governo é mudar as alíquotas por decreto presidencial, que seria a maneira mais rápida para resolver o assunto, mas deputados querem que a alteração seja feita por lei, o que exigiria um debate prévio. O relatório anterior já estabelecia que empresas proprietárias de jazidas teriam a CFEM calculada com base no custo de extração ao invés do valor de mercado. Diante de tantos obstáculos, o debate sobre o novo código, que já se arrasta há quatro anos, continua sem data para ser concluído.

"Não há consenso sobre o CFEM porque o governo defende uma taxa flutuante para que ele possa mexer nela à vontade, enquanto os Estados e municípios querem uma taxa fixa na lei, para poder fazer uma previsão orçamentária", afirma Elmer Salomão, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

O projeto substitutivo, que foi elaborado pelo deputado federal Leonardo Quintão (PMDB/MG), mantém o direito de prioridade e não altera outros pontos em relação ao relatório divulgado no final do ano passado, com os quais o governo também não concordou, como a definição da alíquota dos royalties.

Segundo Quintão, a principal mudança diz respeito aos royalties que incidem sobre os bens minerais que forem submetidos a operação de industrialização dentro do Brasil. Para a companhia que comprar e processar o minério no Brasil, a CFEM será da ordem de 50% da alíquota cobrada do mineral in natura. Na análise do deputado, "a regra protegerá a indústria nacional e incentivará a industrialização do país".

"O governo não compreende que o índice de sucesso na exploração mineral é baixíssimo. No Brasil, a estatística dos últimos dez anos mostra que para mais de 250 mil requerimentos de pesquisa apenas 3% se transformaram em portaria de lavra", acrescenta Salomão. Para Quintão, "o governo defende o fim do direito de prioridade por questão ideológica, mas está errado. Vai gerar burocracia e tirar a competitividade do setor. A pesquisa é cara e de risco".

O presidente da ABPM não acredita que o novo Código da Mineração seja votado ainda neste ano. "O governo não abre mão, não cede, e o Congresso também acha que não deve ceder. Criou-se um impasse político. E, neste momento, não haverá votação, não apenas por uma questão política, mas também eleitoral", diz Salomão.

Descrente, ele questiona se a votação acontecerá no próximo ano. "Em 2015, haverá uma composição política diferente da atual, e há várias alternativas políticas que vão desde a possível reeleição ou não da atual presidente até a composição do próprio Congresso Nacional", detalha, descartando "avanços no próximo ano".

Se a votação é incerta, o impacto dessa demora já pode ser medido. "O setor está paralisado há quase três anos porque não apenas a nova legislação foi mal recebida pelas empresas, como os investimentos foram praticamente suspensos, assim como foi suspensa a lei atual", avalia. No entender de Salomão, "há uma crise na exploração mineral e haverá crise também na produção". "Um setor que cresceu 550% nos últimos dez anos, foi desmantelado por uma medida autoritária do governo", lamenta.

Marcos Castro, advogado do escritório de advocacia Stocche Forbes, espera que a nova legislação traga inovações relevantes, em especial no que toca às regras para outorga de autorizações de pesquisa minerária e concessões de lavra, aumento da carga tributária e reestruturação da agência reguladora. "A expectativa da iminente promulgação do novo marco regulatório, aliada ao quadro de incertezas quanto aos preços das commodities

minerárias no mercado internacional, tem represado bastante as atividades do setor no Brasil", diz.

Ele entende que, do ponto de vista prático, o Brasil está atravessando o que alguns chamam de "apagão minerário", afetando tanto novos investimentos no setor quanto o deferimento de novas autorizações e concessões.

10-22/04/2014

País precisa mais investimento para definir potencial

Por **Domingos Zaparolli** | Para o Valor, de São Paulo

O Brasil é uma potência mineral. Pelas informações disponíveis, sabe-se que o país detém a maior reserva mundial de nióbio, a segunda maior de ferro e de caulim, é o terceiro colocado na produção de bauxita, de estanho e níquel e ainda é produtor significativo de urânio, ouro, zinco, fosfato e manganês.

Mas o país ainda não está preparado para responder a uma pergunta básica: qual é o potencial mineral brasileiro? De acordo com o Ministério das Minas e Energia, 63% dos 8.515.767 quilômetros quadrados do território nacional estão mapeados em uma escala de 1 por 250.000 e apenas 25% em uma escala de 1 por 100.000, proporção considerada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) como a mínima necessária para a realização de um adequado trabalho de pesquisa mineral.

O Plano Nacional de Mineração prevê que em 2030 o país estará 91% cartografado na escala de 1 por 250.000 e 47% em 1 por 100.000. Carlos Nogueira da Costa, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), diz que questões legais e operacionais estão na base das limitações do mapeamento geológico do país. Enquadram-se nesse caso, por exemplo, o levantamento em territórios indígenas e em áreas de preservação. Na Amazônia os trabalhos são limitados pela densa cobertura vegetal e também por conta da dificuldade de acesso.

Manoel Barretto da Rocha, diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil, informa que a instituição tem utilizado a aerogeofísica - procedimento que conta com o apoio de avião e sistemas de magnetometria e gamaespectrometria -, para realizar o levantamento até mesmo nas áreas mais remotas. Segundo Barretto, a tímida dimensão do mapeamento geológico brasileiro é resultado de um longo período sem investimentos, que corresponde de 1979 a 2003. "Desde 2004 foram investidos R\$ 222 milhões na tarefa. É o maior programa geofísico em execução no mundo, mas ainda há muito trabalho a fazer", diz.

Um avanço importante na última década foi o estudo aerogeofísico de 93% das áreas de rochas cristalinas do país, que são as mais propícias à ocorrência de depósitos minerais metálicos e ferrosos. Após a conclusão desse trabalho, afirma Barretto, a próxima meta é o levantamento das áreas de rochas sedimentares, onde petróleo, fosfato, cascalho são mais comuns, mas também há ocorrência de metais como ouro e cobre.

O mapeamento geofísico é a primeira etapa da pesquisa mineral. O passo seguinte é a sondagem, tarefa à qual, no Brasil, se dedicam empresas privadas. Os investimentos nessa área historicamente também são baixos. De acordo com um relatório do Metals Economic Group (MEG), que não leva em consideração gastos com minério de ferro, em 2012 foram investidos US\$ 321 milhões em pesquisa mineral no Brasil, enquanto

foram investidos US\$ 535 milhões tanto no Peru quanto no Chile, países latino-americanos com dimensões territoriais bem menores. Na Austrália, os investimentos somaram US\$ 1,28 bilhão. No Canadá, a inversão de recursos para mineração chegou a US\$ 2 bilhões.

Marcelo Ribeiro Tunes, diretor de mineração do Ibram, diz que além de informações geofísicas adequadas, falta uma política de incentivo à pesquisa mineral no país. A atividade é de alto risco. De cada mil áreas onde há indícios de minérios, uma centena supera a fase de prospecção superficial e são alvo do trabalho de sondagem. Destas, em 15 encontram-se depósitos minerais, mas uma área efetivamente torna-se uma mina com exploração comercial.

A pesquisa mineral completa para a abertura de uma mina de outro dificilmente sai por menos de US\$ 5 milhões, podendo chegar a US\$ 10 milhões. "No Brasil não há sistemas de financiamento nem público nem privado. A atividade é bancada com recursos próprios", afirma Marcelo Tunes, do Ibram.

São poucas as empresas de grande porte no Brasil que se dedicam a pesquisa mineral e podem usufruir do autofinanciamento, como é o caso da Votorantim, da Vale ou da Anglo América. A maioria é de pequeno ou médio porte, as chamadas empresas juniores. Tradicionalmente essas companhias dedicam-se apenas ao trabalho de pesquisa, vendendo o direito de exploração da jazida encontrada. Segundo Tunes, as juniores buscam no exterior, principalmente no Canadá, os recursos necessários para o investimento. "A captação na bolsa de Toronto é a principal fonte de recursos da pesquisa mineral brasileira, mas a indefinição sobre o novo código mineral do país tem afastado os investidores", diz o executivo.

A principal preocupação dos investidores estrangeiros com o código em discussão no Congresso Nacional é a proposta do governo federal de realizar licitação das áreas a serem mineradas. Hoje no Brasil, como no Canadá, Austrália e nos Estados Unidos, prevalece o sistema de prioridade de exploração para quem primeiro descobre e registra um plano de pesquisa de um alvo mineral junto aos órgãos públicos responsáveis.

Uma dúvida com o novo código é se o governo assumiria para si o trabalho de pesquisa, leiloando as áreas minerais já detectadas. Nesse caso, não haveria mais espaço para o trabalho das juniores. A outra situação possível é o governo licitar áreas onde a pesquisa poderá ser realizada. Nesse caso, aumentam-se os custos da prospecção e restringe-se a capacidade de concorrência das juniores. "A pior situação é a que vivemos hoje, de indefinição do novo modelo", diz Tunes.

Carlos da Costa, da SGM, acredita que o modelo de leilão gera benefícios que irão gerar dinamismo à pesquisa mineral. "O processo será mais transparente e serão maiores as oportunidades de acesso às áreas com grande potencial mineral. O Estado também ganha aumentando sua capacidade de planejar o setor", afirma ele.

As reservas brasileiras já conhecidas garantem o bom desempenho da indústria mineral do país por muito tempo, para ficar apenas em alguns exemplos mais significativos. Com uma produção de 31 milhões de toneladas em 2011, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de bauxita, a base do alumínio, e possui também a terceira maior reserva, com 3,6 bilhões de toneladas do minério.

As reservas medidas de minério de ferro do Brasil são a segunda maior do mundo, com 29 bilhões de toneladas, de um total global de 180 bilhões de toneladas. Em estanho, utilizado pela siderurgia e pela indústria de embalagens e de soldas, 12,3% das reservas mundiais estão localizadas no país.

O Brasil é o maior produtor de nióbio, utilizado pela siderúrgica para produzir ligas mais leves de aço, e tem depósitos para garantir essa posição por 200 anos. As reservas conhecidas de ouro, de 2,6 mil toneladas, representam 5% do estoque mundial. As reservas de urânio somam 276 mil toneladas, a sétima do mundo, mas as estimativas são que o Brasil tenha mais de 800 mil toneladas desse minério, posicionando-o em terceiro lugar.

O impacto imediato do baixo investimento da pesquisa mineral se faz notar principalmente em minérios utilizados pela indústria de fertilizantes, um dos produtos que mais afetam negativamente a balança comercial brasileira. O Brasil produziu 6,2 milhões de toneladas de fosfato em 2011 e importou uma quantidade equivalente, mesmo avaliando-se que o país pode ter depósitos de 310 milhões de toneladas. Em potássio, a produção foi de 400 mil toneladas para uma importação de 7,6 milhões de toneladas.

11-22/04/2014

Peru formaliza milhares de mineradores de ouro

Estadão Conteúdo

O governo do Peru começou a legalizar milhares de mineradores de ouro, afirmaram membros do governo nesta segunda-feira. "O processo foi um sucesso", disse o ministro do Meio Ambiente, Manuel Pulgar-Vidal, em transmissão na rádio RPP.

Ainda assim, a tentativa de legalizar o setor frustrou as expectativas, disseram críticos. Cerca de 40 mil dos 110 mil mineradores ilegais ignoraram o prazo e continuam na economia informal.

Miguel Santillana, especialista em mineração no Peru Institute, disse que apenas um pequeno número completou o complexo processo promovido pelo governo, com o vencimento do prazo final no último sábado.

O pequeno produtor Neil Villalba, que legalizou a operação, explicou que o governo tornou o processo muito burocrático, demandando papéis e permissões que poucos mineradores sem licenças conseguem. Ele também argumentou que a mineração de ouro apresenta um retorno que a população pobre não encontra em nenhum outro setor.

No mês passado, milhares de mineradores bloquearam rodovias ao redor do país em protestos contra o governo, que apreendeu ouro produzido em minas ilegais, usou dinamites para explodir equipamentos utilizados na extração nos rios e aumentou os esforços para detectar as atividades ilegais. O governo de Ollanta Humala quer que os mineradores operem fora de parques nacionais e outras áreas protegidas. Fonte: Dow Jones Newswires.

12-22/04/2014

BNDES vê mais R\$ 36 bilhões em investimento

Estadão

A projeção de investimentos na indústria mapeados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o período de 2014 a 2017

aumentou em R\$ 14,5 bilhões, numa recente revisão parcial do levantamento, inicialmente divulgado em outubro passado. A revisão definitiva do estudo dos economistas do banco de fomento deverá acrescentar mais R\$ 36 bilhões, elevando o total para R\$ 733 bilhões.

A atualização do mês passado, apresentada pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, no Senado, projeta R\$ 697 bilhões em investimentos na indústria. A revisão definitiva será publicada em cerca de 30 dias, segundo o superintendente da Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico (APE) do BNDES, Fernando Puga.

Na revisão parcial, o setor de papel e celulose puxou o crescimento, seguido pelas indústrias aeronáutica e extrativa mineral, e pelo setor químico - apesar das dificuldades do último. Na revisão definitiva, os destaques serão o setor de petróleo e gás e a siderurgia.

A projeção de investimentos na indústria de petróleo e gás deverá subir em R\$ 30 bilhões. "Do total projetado para o setor, 60% dos investimentos vão para exploração e produção, com destaque para o pré-sal", diz Puga, sem dar detalhes.

A revisão definitiva dos números divulgados em outubro incluirá parte dos investimentos na exploração do prospecto de Libra, leiloado ano passado. Estudo da consultoria IHS, uma das maiores do setor de petróleo e gás, preparado antes do leilão, estimou os investimentos em Libra em US\$ 400 bilhões, ao longo dos 35 anos de licença. A Petrobrás, líder do consórcio, teria que arcar com 40% do total ou US\$ 160 bilhões.

Na revisão do mês passado, o grande destaque é o setor de celulose. A projeção saltou de R\$ 18,6 bilhões para R\$ 26 bilhões. Vários projetos de investimento foram confirmados. A indústria de celulose é competitiva internacionalmente, por ter uma combinação terras disponíveis para plantar eucalipto e tecnologia agrícola avançada.

Celulose avança. Segundo Carlos Farinha, vice-presidente para o Brasil da consultoria Poyry, especializada no setor, os projetos de investimento - entre recém-inaugurados, em implementação e já anunciados - do Brasil deverão adicionar 9 milhões de toneladas em capacidade de produção de celulose de fibra curta. É um terço do mercado global. "É difícil concorrer com o Brasil", disse. Entre projetos concluídos, a Suzano inaugurou oficialmente ano passado a fábrica de Imperatriz (MA), projeto de R\$ 6 bilhões. Já a Klabin lançou, também mês passado, a pedra fundamental da fábrica em Ortigueira (PR), aporte de R\$ 5,8 bilhões.

Na indústria aeronáutica, a projeção do BNDES passou de R\$ 9,4 bilhões, na primeira versão do levantamento 2014-2017, para R\$ 14 bilhões, na atual versão. O plano de investimentos da Embraer é o destaque nessa área.

Em fevereiro, o BNDES aprovou empréstimo de R\$ 1,411 bilhão para o desenvolvimento da nova geração dos jatos comerciais E-Jets (E2) e do jato executivo Legacy 500, projeto de US\$ 1,7 bilhão, em oito anos.

Já a projeção para a indústria química passou para R\$ 26 bilhões, em comparação aos R\$ 24,8 bilhões previstos anteriormente. Segundo Puga, alguns projetos no setor de fertilizantes foram confirmados. Por outro lado, Fernando Figueiredo, presidente executivo da Abiquim, entidade representante do setor, destaca que esses investimentos estão a cargo da Petrobrás e são feitos mais por seu caráter estratégico do que pela rentabilidade.

No médio prazo, o setor privado tem investido pouco, US\$ 4 bilhões por ano, apenas para tentar manter sua participação de mercado - um terço do mercado nacional é suprido por importações. Segundo um estudo da Abiquim, o mercado brasileiro tem potencial para receber US\$ 167 bilhões em investimentos em dez anos.

Gás de xisto

A indústria nacional sofre com mudanças no cenário internacional do setor, provocados pela revolução energética nos EUA - a exploração do gás de xisto (shale gas) barateou o principal insumo dessa indústria, dando competitividade aos norte-americanos. Apesar disso, Figueiredo é otimista. "Se resolvermos os gargalos, a indústria química será o segmento mais brilhante nos próximos dez anos", diz. Os gargalos são o custo-Brasil para investir (incluindo impostos), a falta de uma política pública de preços para a principal matéria-prima (o gás natural), o custo da eletricidade e a infraestrutura precária. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

13-22/04/2014

Minério de ferro inicia semana com queda de 2,7%.

Na China para US\$ 113,3, o mais baixo em abril

São Paulo, 21/04/2014 - O minério de ferro iniciou a semana com um recuo de 2,7% no mercado spot chinês, cotado em US\$ 113,3 a tonelada seca. Esse é o preço mais baixo registrado em abril.

Neste ano, a cotação máxima foi registrada no dia 02 de janeiro, quando a tonelada do insumo estava sendo negociada a US\$ 135. Já o valor mais baixo foi anotado no dia 10 de março, quando estava em US\$ 104,7, o menor preço desde outubro de 2012.

Para o especialista em mineração e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Germano Mendes de Paula, o preço do minério de ferro encontra um piso em US\$ 110 a tonelada, mas Mendes vê "uma trajetória de declínio para o médio e longo prazo". "O que temos verificado, nos últimos anos, é que a previsão do início desta queda tem sido sempre adiada, seja porque as siderúrgicas chinesas produzem acima do que havido sido estimado, seja porque as mineradoras de ferro não aumentam a produção na velocidade anunciada", disse ao

. O professor destaca, ainda, que no cenário atual uma queda abaixo de US\$ 100 não deverá ocorrer antes de 2015.

Na semana passada, o primeiro-ministro da China, Li Keqiang, voltou a afirmar que o governo não está considerando nenhuma forte medida de estímulos e rejeitou alguma mudança no viés "proativo" da política fiscal ou no viés "prudente" da política monetária. "Não há nenhuma consideração sobre expandir o déficit ou usar 'fortes estímulos'", disse, em comentários feitos durante encontro do Conselho Estatal e publicados no portal do governo. O premiê chinês afirmou que o governo confiará em reformas e ajustes estruturais para aumentar

Fonte: Broadcast

14-23/04/2014

BNDES libera R\$ 2,6 bi para projeto da Anglo American

Por **Olivia Alonso, Francisco Góes e Marcos de Moura e Souza** | De São Paulo, do Rio e de Belo Horizonte

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já desembolsa parcelas do empréstimo de R\$ 2,6 bilhões concedido ao grupo Anglo American no fim do ano e até agora não divulgado. Os recursos foram destinados à companhia para conclusão de seu megaprojeto de minério de ferro, que tem previsão de ficar pronto até o fim deste ano. A mineradora espera fazer o primeiro embarque antes do Natal.

Conhecido como Minas-Rio, o empreendimento da companhia sul-africana está atrasado alguns anos em relação ao plano original, 2010, e tem valor total de US\$ 8,8 bilhões. É um dos maiores do país na área, com capacidade para produzir 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano quando estiver operando plenamente, a partir de 2016.

O projeto inclui uma mina de ferro no município de Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, um mineroduto de 525 km para transporte do produto na forma de polpa até o Porto Açu, em São João da Barra (RJ), e um terminal de embarque para exportação.

Segundo informações da empresa - que adquiriu o projeto de Eike Batista, ainda na planilha, por US\$ 5,2 bilhões em 2007 - as obras gerais do empreendimento estão com 88% de avanço físico - última atualização, até o fim de março, passada ao **Valor**. Esse percentual abrange todas as licenças ambientais do projeto, obras civis e de montagem, suprimentos e pré-operação.

A Anglo American informou que até o momento foram aportados US\$ 5,6 bilhões no empreendimento, 63% da previsão total, que inclui despesas financeiras durante a implantação.

A obra gigantesca da mineradora, que teve várias revisões de prazo de instalação e do investimento planejado, já está com o mineroduto totalmente construído. Maior duto de minério de ferro do mundo, em extensão, a obra corta 32 municípios de Minas e do Rio e exigiu negociações com centenas de proprietários de terras. Na unidade de beneficiamento do minério, o estágio atual é de 87%. No porto, 79%. Para iniciar operação, a empresa depende apenas de quatro licenças: da mina e da instalação de beneficiamento, do mineroduto, do terminal no porto e da linha de energia.

15-23/04/2014

Paranapanema define novo conselho

Por **Carolina Mandl e Ana Paula Ragazzi** | De São Paulo e do Rio

Em meio a desentendimentos entre seus principais sócios, foi apenas uma semana antes da assembleia que os acionistas da Paranapanema, aparentemente, entraram em um acordo em relação ao novo conselho de administração da companhia.

Espécie de "corporation", companhia que não tem controle definido, a Paranapanema tem como maiores acionistas os fundos de pensão Previ (Banco do Brasil) e Petros (Petrobras), a Caixa Econômica Federal e o investidor Silvio Tini de Araújo. A escolha do conselho nesse tipo de companhia é importante porque, apesar de ter sócios com fatias relevantes, não há entre eles um acordo para o exercício do controle.

A assembleia ocorrerá amanhã e, até o dia 17, havia oito candidatos para sete vagas no conselho. Foi quando Tini de Araújo, mais antigo minoritário da companhia e único remanescente da família de fundadores da Paranapanema, divulgou ao mercado que retirou uma de suas indicações. Tradicionalmente, o investidor sempre sugeriu um nome, mas, neste ano, indicou dois. Além de embaralhar o cenário, a indicação evidenciou um desalinhamento entre os principais sócios da maior fabricante de chapas de cobre do país.

No dia anterior, a empresa havia divulgado que seu conselho, em reunião extraordinária, aceitara a renúncia do diretor de controladoria, Paulo Sérgio Navarro. E, no dia 18, comunicou que a Previ solicitou a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição. Não ficou claro, porém, se a saída do diretor tem relação com a retirada de um dos indicados de Tini, dentro de um acordo entre os acionistas.

Em tese, se de fato há um entendimento entre os acionistas, com sete candidatos para sete vagas, esse procedimento não seria necessário. Mas, na prática, vai servir para a Previ garantir a eleição de pelo menos três assentos no conselho.

Com uma fatia de 23,96% da Paranapanema, a Previ elegeu nos últimos anos o maior número de assentos no conselho da mineradora, com três das sete cadeiras.

No ano retrasado, porém, a fundação conseguiu eleger quatro integrantes porque a BNDESPar, subsidiária do BNDES, não compareceu à assembleia. A ausência de um acionista relevante acabou ampliando o poder dos votos do fundo de pensão dos funcionários do BB, uma vez que as eleições na empresa têm ocorrido regularmente via voto múltiplo.

Nesse processo, em vez de votar em uma chapa, cada acionista vota em nomes que tenham sido indicados. Por essa razão, quem tem o maior percentual de ações consegue eleger mais conselheiros.

No entanto, existe uma modificação acionária relevante para a assembleia deste ano. No fim de 2012, a BNDESPar deixou de ser acionista da empresa. No processo de capitalização da Caixa, o governo transferiu ao banco estatal uma carteira de ações da BNDESPar, incluindo Paranapanema.

Novata no quadro acionário da mineradora, a Caixa indicou um candidato próprio. A iniciativa por si só, fará com que a Previ volte a ter três assentos no conselho. No entanto, alguns acionistas se movimentavam em busca de mais espaço no conselho, tentando reduzir o número de cadeiras do fundo de pensão para apenas duas.

Desde 17 de março, data próxima à divulgação dos nomes indicados - que conferem uma significativa renovação aos quadros - as ações da empresa tiveram alta de 34,6% até sexta-feira. No ano, ainda está em baixa de 25,34%.

Além da indicação da Caixa, Petros e os acionistas Fernando Francisco Brochado Heller (da corretora TOV) e Antônio Farina indicaram um conselheiro cada um. Tini de Araújo havia indicado dois, apesar de, com 8,33% da empresa, dificilmente conseguir sozinho emplacar dois nomes.

A Previ fez as três indicações de costume, mas com nomes 100% novos na companhia: Maria Paula Soares Aranha, Valéria Maria de Paula Rezende, ex-funcionárias do Banco do Brasil, e Albano Chagas Vieira, que até início do ano era presidente da Votorantim Siderurgia, bem como do conselho diretor no Instituto Aço Brasil. Atualmente, Vieira é consultor.

A renovação dos nomes da Previ, explicou Marco Geovanne, diretor de participações da fundação, ocorre porque o fundo, desde o ano passado, instituiu um rodízio para seus conselheiros, que não podem ficar mais de dois mandatos na mesma empresa.

É uma composição que contrasta com o atual quadro da Previ. Valmir Camilo Marques, presidente do órgão, e Claudio Garcia Munhoz estão no conselho desde 2008. Mais antigo, Joaquim Ferreira Amaro está desde 2006.

"O novo conselho precisa refletir o novo perfil da empresa, que passa por um momento de reestruturação em busca de mais eficiência e de retomada da confiança dos investidores", diz Geovanne. "Acreditamos que Viera, com seu perfil de mercado, poderá contribuir com o atual presidente da Paranapanema", afirmou o executivo da Previ ao **Valor**, antes das novidades ocorridas no fim de semana.

Geovanne disse que, na prática, a Previ abria mão de uma vaga no conselho, pois Chagas Vieira não tem ligação com a fundação e deve ser visto como um integrante independente. Essa avaliação, porém, não vinha sendo compartilhada por todos os acionistas.

Desde outubro do ano passado, quem está no comando da Paranapanema é Christophe Malik Akli, que fez carreira no Grupo Louis Dreyfus Commodities e recentemente foi o diretor-presidente da Biosev. Em 2012, houve uma troca completa dos executivos da diretoria da empresa. Depois de ficar vaga por quase um ano, a presidência foi ocupada por Akli.

Para parte dos acionistas, a renovação do conselho é suficiente para implementar a reestruturação que a companhia precisa. Em entrevista ao **Valor**, o representante de um dos acionistas considera que houve "boa vontade" da Previ ao decidir reformular o quadro. Esse interlocutor mostra-se, porém, também insatisfeito com o atual conselho da Paranapanema.

Outra parcela dos sócios inicialmente preferia que a Previ não tivesse individualmente o maior número de conselheiros, por achar que isso impede uma reestruturação mais profunda na companhia.

A Previ, por outro lado, se diz satisfeita com o trabalho feito por seus indicados. "Com os quatro [conselheiros] levamos a empresa para o Novo Mercado e conseguimos trazer um novo presidente, que será essencial para essa nova fase da empresa", diz Geovanne.

Para a Previ, por conta do momento atual de reestruturação da empresa, o melhor seria que, antes da assembleia, os acionistas estivessem alinhados, apoiando a nova gestão. Geovanne havia afirmado que estava confiante em um entendimento prévio à assembleia.

No entanto, apesar da retirada de candidato feita por Tini, a Previ, ainda assim, solicitou o voto múltiplo. Com o percentual acionário que tem, através desse processo, o fundo em tese tem como garantir a eleição de seus três candidatos.

16-23/04/2014

Obra marcada por estouros de prazos e de investimentos

Por **Olivia Alonso, Francisco Góes e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo, Rio e Belo Horizonte**

Comprado pela Anglo American em 2007, da MMX, controlada por Eike Batista, o projeto Minas-Rio passou por diversos contratemplos. Teve estouros nos prazos e orçamentos e provocou mudanças dentro da mineradora. Sete anos depois da aquisição, a empresa ainda tem desafios pela frente, mas acredita que conseguirá entrar em operação até o fim do ano.

Um dos principais problemas do projeto foi financeiro. Ele contribuiu, em 2013, para a substituição de Cynthia Carroll por Mark Cutifani na presidência do grupo.

Os investimentos totais somam pelo menos US\$ 14 bilhões, considerando também a compra dos ativos da MMX, por US\$ 5,2 bilhões. Mais do que a cifra gigantesca, o que trouxe problemas à empresa foi a necessidade de uma baixa contábil de US\$ 4 bilhões, que foi feita no balanço de 2012, após seguidos atrasos no desenvolvimento do projeto. E, na mesma época, anunciou que os investimentos anteriormente previstos em US\$ 3 bilhões haviam saltado para US\$ 8,8 bilhões.

Outro grande desafio, foi o ambiental. Em 2012, a empresa teve suas obras paralisadas por pelo menos oito meses após três ações civis movidas em Minas Gerais. Ainda que as ações tivessem sido derrubadas no mesmo ano, contribuíram para o atraso no projeto.

Agora, a Anglo depende da obtenção de suas quatro licenças de operação e da conclusão das obras, atualmente com avanço físico de 88%. E, como se não bastassem os desafios, o projeto também vai exigir o entendimento entre os sócios na operação portuária.

Existe um contrato firme de embarque de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro ("take or pay") entre a Anglo e a Prumo Logística Global, antiga LLX, que começa a valer a partir de 1º julho deste ano. As duas empresas são sócias com partes iguais na LLX Minas-Rio, responsável pela operação portuária do minério de ferro no Porto do Açu (RJ). Se até julho, o porto estiver pronto e a Anglo não começar os embarques, a mineradora terá que pagar mesmo que não escoe minério. A tarifa fixada no contrato foi fixada em US\$ 7,10 por tonelada.

A Prumo já informou que o contrato de embarque de minério de ferro vai gerar receita de US\$ 190 milhões por ano à LLX Minas-Rio. Como o "gatilho" do contrato será acionado em julho, a receita prevista para 2014 é da ordem de US\$ 95 milhões, sendo metade da Prumo Logística e metade da Anglo American.

17-23/04/2014

Projeto Minas-Rio atinge 88% do cronograma

Por Olívia Alonso, Francisco Góes e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo, do Rio e de Belo Horizonte

Um dos principais projetos da anglo-sul-africana Anglo American em todo o mundo, o Minas-Rio já recebeu investimentos de US\$ 5,6 bilhões até o momento, 63% de uma previsão de US\$ 8,8 bilhões, e está em suas fases finais, quase totalmente construído. Do total, R\$ 2,6 bilhões foram contratados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo apurou o **Valor**. O restante têm saído do caixa do grupo Anglo American e de outras instituições financeiras.

Com quatro anos de atraso em relação ao cronograma inicial, o Minas-Rio terá seu primeiro embarque de minério de ferro ainda neste ano, na expectativa da Anglo

American. Após diversos contratemplos, o projeto estava 88% completo no fim de março, segundo informações obtidas com exclusividade pelo **Valor PRO**, serviço de tempo real do **Valor**.

Esse status leva em conta o progresso das obras, os suprimentos necessários, a pré-operação e o licenciamento ambiental, segundo a companhia. Até o fim do ano, a Anglo espera concluir os 12% restantes.

Dividido em quatro partes, o projeto já tem uma delas totalmente construída, que é o mineroduto de 525 km. Maior duto de minério de ferro do mundo, o canal atravessa 32 municípios de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Também compõem o mega-projeto a mina de ferro e uma planta de beneficiamento, ambas em Conceição do Mato Dentro (MG), além de terminal no porto do Açú, com uma unidade de filtragem de minério, que ficam em São João da Barra (RJ).

A Anglo American afirma que finalizou a construção da linha de transmissão de energia, de 230 kV e 187 torres, que em 2012 foi motivo de uma das três ações civis movidas contra o Minas-Rio. O Ministério Público de MG pedia a suspensão da obra por seus danos à flora e à fauna locais. As outras duas ações, do mesmo ano, estavam relacionadas com uma caverna, o que exigiu que a empresa elevasse seu raio de proteção, e com obras da mina, do beneficiamento e do mineroduto.

Ainda segundo o levantamento da Anglo, a unidade de beneficiamento estava ao fim de março com 87% de avanço físico, sendo 95% das obras civis completas e 78% da montagem eletromecânica finalizada. O terminal de minério de ferro do Porto do Açú, por sua vez, estava 79% concluído, sendo que a unidade de filtragem está pronta, em fase de testes.

A partir do início das operações, a empresa estima um período de aceleração ("ramp-up", no jargão técnico) de 18 meses para que chegue à capacidade total de produção, de 26,5 milhões de toneladas/ano de minério de ferro.

Mas o início das operações ainda depende da obtenção das licenças de operação (LO). No total, a companhia precisa de quatro aprovações, uma para a mina e a unidade de beneficiamento, uma para o mineroduto, uma para o terminal portuário e outra para a linha de transmissão de energia.

Em novembro, a Anglo começou a protocolar as solicitações de conversão das licenças de instalação em licenças operacionais. Agora, depende de um conselho ambiental de Minas Gerais, do qual faz parte a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), que vai decidir sobre a mina e o beneficiamento, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), responsável por avaliar o mineroduto, e pelo o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea), que analisa o porto.

Em Minas Gerais, a Semad tem seis meses para emitir um parecer técnico deferindo ou não o pedido da empresa. Esse prazo pode ser prorrogado por mais quatro meses, segundo informou a assessoria de comunicação da secretaria. Posteriormente, um conselho cuja formação é dividida entre representantes do governo e da sociedade, vai dar seu parecer final, que será votado pela chamada unidade regional colegiada do Jequitinhonha, com integrantes da Polícia Militar, Ministério Público do Estado, federações de indústria, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e outras entidades. **(Colaborou Fábio Pupo, de São Paulo)**

18-23/04/2014

Recursos naturais em Minas Gerais são tema de seminário

Por Marcelo Villela

Programação traz palestras sobre geologia regional, evolução tectônica, metalogenia, geofísica e geoquímica da Faixa Paracatu-Vazante.

Representantes do governo federal, empresas setoriais e estudantes participaram, em Minas Gerais, do 2º Seminário das Províncias Metalogenéticas Brasileiras (SPMB). O evento, ocorrido na última semana, debateu o conhecimento geológico da Faixa Paracatu – Vazante, e os principais desafios para alavancar o desenvolvimento econômico e social da região, que está se consolidando como uma importante província mineral com ampla diversidade de recursos minerais, entre os quais: ouro, fosfato, cobre, chumbo, zinco e diamante.

A programação do evento contou com palestras sobre geologia regional, evolução tectônica, metalogenia, geofísica e geoquímica da Faixa Paracatu-Vazante, além de debates e mesa redonda que discutiu avanços, desafios e sugestões de trabalhos futuros da CPRM na região.

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) apresentou diversos projetos de pesquisa desenvolvidos pela empresa na região nos últimos anos. João Batista Freitas mostrou resultados dos levantamentos aerogeofísicos; a geóloga Maísa Abram, falou sobre depósitos de fosfato; Júlio Murilo e Marcelo de Souza apresentaram a geologia e o panorama do potencial dos recursos minerais; Joseneusa Brilhante fez palestra sobre a compartimentação geocronológica da Faixa Paracatu; Marcos Cristóvão Baptista, discorreu sobre bioestratigrafia das bacias Vazantes e Bambuí.

O diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM (DGM) Roberto Ventura esteve presente no evento juntamente com a equipe técnica da DGM para discutir ações governamentais para fomentar ainda mais o conhecimento mineral da região. O diretor avalia que o encontro consolida a estratégia da empresa de promover o diálogo com a iniciativa privada e academia. “É uma oportunidade de ouvir as necessidades do setor e dialogar também com a academia”, destaca. Ventura afirma que o resultado do encontro foi a definição de algumas diretrizes de atuação regional. “Vamos delinear nossos projetos tendo como referência nosso principal cliente, que são as empresas do setor mineral brasileiro”, afirma Ventura.

Desenvolvimento sustentável

Após a implantação da mina de ouro da Kinross, a cidade de Paracatu vive um boom na geração de empregos e distribuição de renda. Os setores de serviço e comércio foram os que mais se beneficiaram da atividade na região. A economia pujante da cidade atrai empresários, comerciantes, estudantes e prestadores de serviço. Ajudar a fomentar esse ciclo de desenvolvimento regional com novas pesquisas que podem descobrir recursos minerais com viabilidade econômica é um dos desafios da CPRM, diz Francisco Valdir da Silveira, chefe do Departamento de Recursos Minerais da CPRM.

Valdir explica que a ideia do seminário é unir os diversos atores da cadeia produtiva com a finalidade de juntos buscarem soluções para os desafios da pesquisa e exploração dos recursos minerais. Segundo ele, o primeiro seminário foi realizado em Currais Novos, no Rio Grande do Norte. Ele adianta que o próximo evento será realizado no segundo semestre, em Alta Floresta, Mato Grosso.

Homenagem – O seminário foi também uma homenagem e reconhecimento ao trabalho do professor Marcel Dardenne, que dedicou parte de sua vida acadêmica estudando e formando geólogos especialistas na Faixa Paracatu – Vazante.

Segundo Michelle Araújo, coordenadora executiva da Diretoria de Relações Institucionais (DRI), uma das responsáveis pela organização do seminário. O evento teve mais 160 inscritos, entre os participantes, estudantes e pesquisadores de diversas instituições do país. O seminário contou ainda com a presença de geólogos da Superintendência Regional de Belo Horizonte.

Fonte: Serviço Geológico do Brasil

19-23/04/2014

Plano de Mineração marca novo relacionamento do Estado com empresas e União

Por Marcelo Villela

A exploração mineral, que ainda é um entrave para o desenvolvimento econômico do Pará, pode ser a melhor saída para corrigir a contradição existente em um Estado continental, com um imenso potencial de riquezas naturais, mas que ainda se defronta com a pobreza, em grande parte de seu território, e as desigualdades sociais. Inédito no País, o Plano Estadual de Mineração do Pará, lançado este mês pelo governo do Estado, chega com a missão de romper esse círculo. “É inaceitável que a 12ª economia do País gere a terceira pior renda per capita do Brasil”, ressalta o governador do Pará, Simão Jatene.

Fruto de dois anos de estudos, com a participação do Poder Público, do setor produtivo, do terceiro setor e de especialistas acadêmicos, o Plano Estadual de Mineração 2030 traça um perfil da atividade mineradora no Pará, propõe diretrizes e ações para um período de 15 anos, e um novo relacionamento do Estado com as empresas mineradoras e a União.

Cerca de 2 milhões de pessoas mal têm o que comer neste imenso território, assentado sobre grandes jazidas de minério, cuja exportação torna o Pará protagonista do equilíbrio financeiro brasileiro”, afirma o governador, para quem é preciso “converter esse potencial mineral fantástico em meio efetivo para reduzir o ainda elevado índice de pobreza do Pará”.

O Plano Estadual indica caminhos seguros para o Estado avançar na exploração do subsolo. É no setor mineral, por exemplo, que reside um dos maiores problemas fiscais enfrentados pelo Pará: a Lei Kandir, que já subtraiu do Estado cerca R\$ 20 bilhões com a desoneração do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Governabilidade – Enquanto busca no Congresso Nacional a revisão do modelo de distribuição do bolo fiscal, o Pará trabalha para superar outros entraves. “Precisamos agir com inteligência. A estratégia do governo do Estado é buscar soluções que estão no nosso horizonte de governabilidade”, diz o governador.

Para isso, o Pará tem de consolidar a governança sobre seu território, com mais de 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados. “Nenhum Estado sofre tão brutalmente o processo de intervenção quanto o Pará. Cerca de 66% do nosso território são utilizados para fins especiais”, ressalta o vice-governador Helenilson Pontes, ao se referir às reservas ambientais, terras indígenas, comunidades quilombolas e províncias minerais,

que estão sob o domínio da União. “Não há governança sobre mais da metade do Estado”, reitera.

O Plano de Mineração devolve ao Estado o poder de interferir na exploração do subsolo, de onde são retirados anualmente quase 14 bilhões de dólares em ferro, bauxita, caulim, manganês, entre outras commodities, sem a devida compensação financeira.

“Há 20 anos, exportávamos por volta de US\$ 1 bilhão em minérios e metais. Hoje, exportamos US\$ 13,8 bilhões. Há 20 anos, estes bens contribuíam com 16% do ICMS arrecadado pelo Estado. Hoje, a contribuição desses mesmos bens, com a produção 14 vezes maior, declinou para apenas 3% do ICMS”, destaca Simão Jatene.

O Plano de Mineração não acaba com o problema fiscal, mas projeta a capacidade de produção e a extensão das perdas para um cenário futuro. “É a mão do Estado em um setor que nunca lhe foi permitido alcançar”, declara Helenilson Pontes.

Estratégias – Até 2011, o governo do Estado sequer sabia quantas empresas mineradoras atuavam no território paraense. Naquele ano, foi recriada a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), com o objetivo de acompanhar a atividade mineradora e direcionar os resultados ao combate à pobreza e às desigualdades.

Em março de 2012, a Seicom criou o Cadastro Estadual de Recursos Minerais, que reuniu todas as informações relativas à atividade de mineração no Pará. “Passamos a exercer um controle sobre o setor. A partir do Cadastro, sabemos quais são as empresas que atuam no Pará, onde estão, o que exploram, quantas pessoas empregam, quanto faturam etc. Sem informação, não há como definir políticas públicas”, explica a economista Maria Amélia Enriquez, doutora em Desenvolvimento Sustentável e titular da Seicom. Em seguida, o governo criou a Taxa Mineral, transformada em Lei Estadual, com apoio unânime do Poder Legislativo e da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa).

A iniciativa do governo ainda está sendo contestada pelas empresas no Judiciário. Enquanto não sair a decisão da Justiça, as mineradoras são obrigadas a pagar ao Estado cerca de R\$ 300 milhões por ano, para explorar o subsolo paraense.

Vanguarda – Segundo o secretário especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção, David Araújo Leal, o Plano de Mineração consolida a estratégia iniciada com a criação da Seicom, do Cadastro e da Taxa, e coloca o Pará na vanguarda da gestão sobre os recursos minerais. “É o primeiro Estado a criar um plano com tal profundidade, que analisa o cenário dos próximos 15 anos neste setor”, reitera David Leal.

Segundo ele, no Plano “o setor mineral é analisado em todas as etapas, desde a pesquisa e a prospecção até a extração, beneficiamento e transformação mineral. O Plano traz uma visão realista sobre o presente, e diretrizes claras sobre o futuro desse potencial”.

“O Pará está de parabéns e, certamente, será copiado por outros Estados da Federação”, afirma o engenheiro Telton Elber Corrêa, secretário adjunto de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério das Minas e Energia. Ele representou o ministro Edson Lobão no lançamento do Plano de Mineração, e mostrou entusiasmo com a iniciativa. Na avaliação de Telton Elber Corrêa, “o Pará está dando um exemplo ao País ao lançar as bases da gestão sobre a atividade mineradora, no sentido de transformar as riquezas do seu subsolo em benefícios para a sociedade”.

Aprendendo com o Pará – O vice-governador Helenilson Pontes foi o mentor da Taxa Mineral e atua como interlocutor do governo estadual no Ministério das Minas e Energia e no Congresso Nacional, quando o assunto é a exploração do subsolo.

Em Brasília (DF) acontece o debate sobre o Marco Regulatório da Mineração, que normatiza o setor e cria segurança jurídica para futuros investimentos, além de rever as bases da remuneração das Unidades Federativas pela extração mineral. Esse instrumento poderá representar um incremento de até 300% na arrecadação dos royalties minerais.

Helenilson Pontes acredita que o Plano Estadual de Mineração, ao resgatar o controle sobre a atividade no Pará, fortalece o Estado em futuros embates sobre o assunto.

Com o Plano de Mineração, diz o vice-governador, o Estado passa a conhecer o que acontece no seu território. O Plano, acrescenta, é parte de um grande processo para estabelecer a governança sobre o setor mineral. “A forma como vamos tratar dessa atividade é que vai dizer o que seremos em 10 ou 15 anos. Sem governança, isso não é possível”, reitera.

Esse controle, diz Helenilson Pontes, pode ser feito sem fazer concessões e respeitando a União. “As mineradoras nunca se preocuparam em conversar com os agentes locais, porque toda a atividade mineral é regulamentada pela autoridade federal. O que nós estamos fazendo com a Seicom, o Cadastro, a Taxa e, agora, com o Plano, não é afrontar o governo e nem seduzir as empresas. Nós estamos dizendo: vocês ainda precisam das autoridades federais, porque isso é norma constitucional. Mas agora vocês têm de conversar com as autoridades estaduais e as comunidades locais, se cadastrar na Seicom, pagar a Taxa Mineral e observar as diretrizes do Plano, como determina a Lei”.

Sobre a contestação da Taxa Mineral no Supremo Tribunal Federal (STF), o vice-governador lembra que o Estado já derrotou a contestação apresentada no Tribunal de Justiça do Pará (TJE), e ele acredita que acontecerá o mesmo no Supremo. “A União já reconhece a constitucionalidade da Taxa. O próprio procurador geral da República, em seu parecer, também indica que o Pará está correto ao promover a cobrança. Não tenho dúvida de que a validade será estabelecida no STF. As próprias mineradoras sinalizam que é preciso rever as bases da remuneração pela exploração mineral. A redefinição das alíquotas da CFEM já está em discussão no Congresso. A Taxa é outra coisa: é um tributo cuja receita contribui para tornar mais justa essa remuneração”, afirma.

Segundo ele, o Plano Estadual coloca o Pará nas discussões sobre a exploração de seus recursos naturais. “Isso é um avanço histórico. Nenhuma Unidade Federativa brasileira criou um Plano Estadual de Mineração. Nem mesmo Minas Gerais, que faz mineração há mais de 200 anos. O Brasil está aprendendo com o Pará”, ressalta Helenilson Pontes.

Fonte: Governo do Estado do Pará – Secretaria de Estado de Comunicação

20-23/04/2014

SAFM ESTÁ PRESTES A CONCLUIR ESTUDO DE VIABILIDADE DE PONTO VERDE

A australiana South American Ferro Metals (SAFM) concluiu, na semana passada, uma importante etapa do estudo preliminar de viabilidade, em inglês Bankable Feasibility Study (BFS), do projeto de expansão da mina de minério de ferro Ponto Verde, em

Minas Gerais. Segundo comunicado ao mercado desta terça-feira (22), foram agrupados todos os estudos finais dos principais consultores e contratantes e o próximo passo é o início da fase de financiamento do projeto.

De acordo com a SAFM, as alterações finais e atualizações foram concluídas no Banco de Dados e o acesso foi fornecido a instituições financeiras e bancos, com o objetivo de reduzir substancialmente o tempo entre a conclusão do BFS e a finalização de um financiamento para o projeto.

As licenças foram solicitadas às autoridades governamentais e as aprovações são esperadas para serem emitidas antes da conclusão do BFS, previsto para o terceiro trimestre deste ano. Segundo a empresa, os principais acordos associados ao projeto estão em estágio avançado, como a logística ferroviária e portuária, a construção da planta, as instalações de energia e o armazenamento de resíduos.

Para os próximos 60 dias, estão previstas a conclusão da engenharia da planta, a finalização das despesas de capital e previsões de custos de operações, e a seleção de financiamentos e sindicatos bancários.

O estudo de viabilidade, previsto para ser concluído no terceiro trimestre de 2014, deve expandir a capacidade de produção do projeto Ponto Verde da sua capacidade nominal de 1,5 milhões de toneladas para 8 milhões de toneladas por ano.

Os recursos do projeto Ponto Verde são de 301 milhões de toneladas @40,6% Fe. O valor foi estimado através de sondagem dos primeiros 70 metros do depósito, com furos mais profundos indicando que os recursos se estendem a uma profundidade de até 320 metros.

A empresa detém 100% dos direitos da mina Ponto Verde, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, dentro do quadrilátero ferrífero, em Minas Gerais.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

21-23/04/2014

TATA STEEL VAI INVESTIR EM PROJETO DE MINÉRIO DE FERRO NO CANADÁ

A indiana Tata e sua associada a New Millennium Iron Corp estarão desenvolvendo uma mina na região sub-Ártica do Canadá.

O projeto irá lavrar um taconito a magnetita que irá produzir 17 milhões de toneladas de pelotas por ano. O minério tem um teor médio de 25% de ferro.

Fonte: Geólogo

22-23/04/2014

IBRAM PROMOVE EVENTO “PANORAMA DA MINERAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVA

O **Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM – www.ibram.org.br)**, em parceria com as Federações das Industriais dos Estados do Pará e Amapá, promove na próxima segunda-feira, 28 de abril, em Macapá, o evento “Panorama da Mineração Brasileira: desafios e perspectivas”.

Com o apoio da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Amapá, a reunião tem o objetivo de debater, junto às empresas e órgãos ligados ao setor mineral, os avanços e as dificuldades da indústria da mineração brasileira e suas especificidades na Amazônia.

Segundo o Diretor-Presidente do IBRAM, José Fernando Coura, essa é uma oportunidade para estreitar os laços e fortalecer a interlocução com as mineradoras que atuam no Amapá.

Serviço:

Data: 28 de abril de 2014

Hora: 09h às 17h

Local: Federação das Indústrias do Estado do Amapá

Endereço: Rua Padre Júlio, 2000. – Macapá

Fonte: IBRAM – Profissionais do Texto

23-23/04/2014

IBRAM PARTICIPA DO 1º ENCONTRO DAS ÁGUAS DE GOIÁS

Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM – www.ibram.org.br) participa, entre os dias 23 a 25 de abril, em Goiânia (GO), do 1º Encontro das Águas de Goiás (ENAGO). Com o tema “A água como fator de produção e sustentabilidade”, o evento, promovido pela a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), pretende envolver todos os setores da sociedade em um grande esforço de capacitação e discussão do futuro da gestão das águas em Goiás.

O objetivo do encontro é capacitar e discutir a gestão das águas no Estado com representantes da comunidade técnico-científica, dos usuários de recursos hídricos, da sociedade civil, agentes públicos, professores, pesquisadores, consultores, empreendedores, agentes privados, e estudantes. Serão abordados temas que possibilitem aos participantes perceber a importância deste recurso como fator de

produção e agente essencial para a manutenção da biodiversidade e perpetuação das espécies.

A rodada de discussões contará com a presença do Diretor de Assuntos Ambientais do IBRAM, Rinaldo Mancin. “A presença do IBRAM no evento será de grande valia, uma vez que a mineração tem um papel de destaque no estado. Com planejamento poderemos superar os desafios da sustentabilidade nas atividades minerárias”, salienta.

Mancin vai proferir a palestra “Água & Mineração”, com foco na necessidade de uma compreensão maior dos impactos da mineração no manejo dos recursos hídricos.

O evento é aberto ao público. As inscrições para participar do 1º Encontro das Águas de Goiás devem ser feitas pelo site <http://enago.eco.br/>. As vagas são limitadas. O evento espera receber cerca de 700 pessoas.

Fonte: IBRAM – Profissionais do Texto

24-23/04/2014

MINISTRO DO SUDÃO VEM AO BRASIL CONHECER TECNOLOGIAS DE MINERAÇÃO

O ministro da Mineração do Sudão, Ahmed El Karori, virá ao Brasil durante o mês de maio para conhecer melhor as tecnologias de mineração no País. Ele participará do 6º Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral (Semexmin), que acontece em Ouro Preto entre os dias 11 e 14 de maio, além de ter agenda em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2013, o país exportou US\$ 2,5 bilhões em ouro.

"Ele quer conhecer a vasta experiência do Brasil em mineração e tentar formalizar uma cooperação. Ele deseja saber mais sobre a tecnologia brasileira e também sobre serviços e consultorias na área", explica Abd Elghani Elkarim, embaixador do Sudão em Brasília.

Elkarim conta que, depois da divisão territorial do Sudão, na qual seu país perdeu importantes fontes de petróleo, a mineração se tornou prioridade para a economia local. "No ano passado, exportamos US\$ 2,5 bilhões em ouro", destaca. Ele ressalta que, mesmo com a separação em dois países, o Sudão ainda é o terceiro maior país africano em extensão. "E este território inclui muitos minérios", aponta.

Além do simpósio, El Karori fará visita ao Ministério das Minas e Energia (MME), na capital federal. Os demais compromissos da agenda do ministro ainda estão sendo programados pelo MME e pelo Itamaraty. "Ele quer convidar empresas brasileiras para conhecerem o potencial de mineração do Sudão, e não só as empresas de exploração, mas também as de serviços, consultoria e área técnica", adianta Elkarim.

Segundo dados do Ministério da Mineração do Sudão, o setor ainda não é muito desenvolvido por lá e sua contribuição para a economia do país não ultrapassa 4%. Apesar disso, a pasta informa que tem se obtido resultados estimulantes na exploração mineral e que diversas empresas locais e estrangeiras têm trabalhado no país.

Atualmente, os únicos produtos do setor no Sudão são ouro, associado a outros minerais, minérios de cromo, gipsita, sais e materiais para construção, principalmente matérias-primas para cimento, além de pequenas quantidades de fluoreto e manganês. As informações são da Agência de Notícias Brasil-Árabe (Anba).

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

25-24/04/2014

MEIO AMBIENTE

Plumbum vai recuperar área no Paraná

A Justiça Federal do Paraná autorizou a Plumbum do Brasil a iniciar trabalho de recuperação ambiental da área onde funcionou a antiga Plumbum Metalurgia, empresa que explorava chumbo e outros metais à época de sua atividade mineral. Esse processo judicial se originou em 2001. A decisão beneficiará as cidades de Adrianópolis e Vale da Ribeira com ações ambientais, sociais e econômicas. A recuperação da área atende a um pedido do juízo da Vara Ambiental Federal do Paraná. O início das medidas e projetos voltados à proteção e revitalização ambientais, em sua primeira fase, é imediato e terá o acompanhamento judicial de forma integral. Paralelamente à revitalização ambiental, uma série de ações já são projetadas pelas empresas e parceiros, tais como: a construção de um centro convivência de esporte e lazer, que será erguido no local após a recuperação, um centro de memória dos antigos funcionários, a revitalização da igreja local, um laboratório e uma escola técnica, além de uma fábrica de cimento que irá trazer desenvolvimento e renda de maneira ambientalmente correta, gerando uma média de 2 mil empregos. Estas têm seu início condicionado ao cumprimento das medidas de recuperação assumidas perante

Fonte: Brasil Mineral OnLine

26-24/04/2014

AÇO

Produção mundial cresce 2,7% em março

Segundo dados da World Steel Association (WSA), a produção global de aço bruto registrou crescimento de 2,7% em março, na comparação com o mesmo período do ano passado. O volume produzido atingiu 141,1 milhões t. No primeiro trimestre, a Ásia produziu 274 milhões t, aumento de 2,6% sobre o mesmo período de 2013. A União Europeia produziu 43.8 milhões t, incremento de 6,7%, enquanto a América do Norte registrou alta de 0,8%, para 29.9 milhões t de aço no trimestre inicial de 2014. Já, as ex-repúblicas soviéticas somaram 26.3 milhões t, queda de 2,8% até março. A China, maior produtor de aço do planeta, produziu 70.3 milhões de t em março, 2,2% a mais

que no mesmo mês de 2013. O Japão registrou incremento de 2,9% em março, com produção de 9.7 milhões de t. Já a Coreia do Sul produziu 6.1 milhões t, o que significa um aumento de 8% em relação a março de 2013. O volume produzido em março nos Estados Unidos cresceu 0,9%, para 7.4 milhões t. Dentre os países pertencentes à União Europeia, a Alemanha produziu 4 milhões t, incremento de 6,1%; a Itália produziu 2.4 milhões t, aumento de 8%, enquanto a produção na França cresceu 4,1%, para 1.4 milhão t de aço bruto. A Espanha produziu 1.3 milhão de t, incremento de 4,1% em março de 2014. A utilização da capacidade instalada em março atingiu 79%, 0,4% abaixo que no mesmo mês de 2013. Comparado com fevereiro de 2014, houve ligeira alta de 1,4%.

Fonte: Brasil Mineral OnLine

27-24/04/2014

MERCADO

Platts e MVS melhoram plataforma online

A Platts e seu parceiro comercial Minerals Value Service (MVS) anunciaram melhorias para os serviços de análise de plataforma online que permite aos comerciantes e produtores de minério de ferro calcular e comparar valores específicos e de qualidade da mercadoria sob diferentes cenários de compra e venda. Os novos recursos permitem aos usuários acessar bancos de dados atuais e históricos de negociações no mercado à vista e de inteligência de mercado desde 2012; Índice de mercado, produtos e indústria concorrentes, incluindo Platts IODEX , The Steel Index TSI 62% Fe índice, MVS do valor em uso; além de documentos compartilhados e outras informações em tempo real. A cooperação Platts-MVS na plataforma de análise de minério de ferro é resultado da parceria comercial entre Platts e MVS, firmada em outubro de 2013

Fonte: Brasil Mineral OnLine

28-24/04/2014

GEOSSINTÉTICOS

São Paulo recebe 2ª edição de curso internacional em maio

O 2º Curso Internacional CTG-ABINT – Projetos de Obras Ambientais com Geossintéticos - será realizado nos dias 28 e 29 de maio no Edifício Odebrecht em São Paulo. O curso tem patrocínio da Braskem. Dentre as áreas que mais utilizam geossintéticos estão aterros sanitários e mineração. Entre os palestrantes, o evento tem presença confirmada de Richard Thiel, Presidente da Thiel Engineering Inc. e Sam Allen, VP do TRI – Texas Research International. Maiores informações podem ser obtidas pelo site www.geossinteticos.org.br.

Fonte: Brasil Mineral OnLine

29-24/04/2014

Após ano de ajustes, companhias focam em joint ventures, diz PwC

Por **Olivia Alonso** | De São Paulo

Após um ano de baixas contábeis, cortes de custo, ajustes internos e vendas de ativos, a mineração global passará agora por um momento de união de companhias. Essa é a avaliação de John Gravelle, principal executivo global da área de mineração da PriceWaterhouseCoopers (PwC), que esteve no Brasil e falou com exclusividade ao **Valor PRO**, serviço de tempo real do **Valor**.

Gravelle passa a maior parte do ano visitando mineradoras em todo o mundo e, segundo ele, as conversas mais recentes com os principais executivos do setor indicam que as companhias têm cada vez mais optado pela realização de joint ventures para conseguir financiar seus empreendimentos.

Entre tantos projetos que despontaram nos últimos anos, os que tendem a ser levados adiante são apenas aqueles que tiverem alta qualidade mineral e baixos riscos, acrescenta o executivo.

"Começa um novo ciclo. As empresas estão revisando seus planos estratégicos, estão mais seletivas e buscando joint ventures, priorizando os projetos melhores. Estão buscando formas de conseguir um posicionamento forte para os próximos anos", afirma.

No ano passado, diversas gigantes globais do setor anunciaram baixas contábeis e venderam ativos pelo mundo. Rio Tinto e Anglo American, Barrick Gold e GlencoreXstrata lideraram as baixas ("impairments"). No Brasil, o mais expressivo foi o anúncio de uma baixa de US\$ 4 bilhões da Anglo American no projeto de minério de ferro Minas-Rio. Analistas calculam que o valor das baixas somou US\$ 50 bilhões em todo o mundo.

Sobre a distribuição global dos recursos, a percepção de Gravelle é a de que os países emergentes serão menos atrativos para as joint ventures e outros investimentos em mineração, por apresentarem alguns riscos adicionais. Ronaldo Valiño, analista de mineração da PwC no Brasil acrescenta que os projetos acabam ficando mais caros em países menos desenvolvidos por causa da necessidade de se investir também em infraestrutura.

Em estudo que acaba de finalizar sobre o tema, Gravelle diz que muitos executivos afirmam preferem não se envolver sozinhos em grandes projetos ou aquisições de volumes muito elevados.

Essa aversão já teve impacto no ano passado no número de fusões e aquisições em mineração. Em 2013, que foi o pior ano desde 2005, houve uma redução de 20% no volume de negócios, com 1.437 transações, ante 1.803 em 2012. Em valores, a queda foi de 35%, para US\$ 36 bilhões, ante US\$ 56 bilhões, sem considerar a fusão entre a Glencore e a Xstrata, que movimentou US\$ 54 bilhões em 2012.

As cinco maiores fusões e aquisições do mundo em 2013 mostram que houve uma mudança na natureza desses negócios, diz ainda a PwC (*Veja mais na tabela*). Ao invés de fechar grandes negócios, as companhias já preferiram comprar pequenas fatias de projetos. Os executivos estão "alçando voos mais baixos", diz o executivo, optando por joint ventures em ativos estratégicos em vez de assumir todo o risco associado a uma aquisição completa.

Há uma maior dificuldade de financiar projetos mais caros, uma grande pressão para que a viabilidade de projetos de médio e longo prazos seja reavaliada e um maior foco na divisão dos riscos, diz ainda a consultoria. "Há uma ideia de 'não assumir riscos' em toda a indústria da mineração. Ainda assim, as empresas precisam continuar a encontrar maneiras de crescer e garantir seu futuro", afirma Gravelle.

Neste contexto, ele acredita que serão mais frequentes as joint ventures entre companhias que têm caixa e capacidade de financiamento com empresas com projetos de qualidade ou com grande potencial para elevar a produção. Ele destaca que investidores asiáticos vão despontar mais como sócios com capacidade de financiar projetos em acordos em que possam a ser donos de parte dos recursos.

Entre as joint venture recentes no mundo, ele cita a da mineradora Wallbridge Mining, que se uniu à Lonmin, no Canadá, para explorar platina, cobre, níquel e ouro. Outro exemplo foi o acordo em que a Nordgold se uniu à Columbus Gold em projetos de ouro na Guiana Francesa. A PwC cita ainda no estudo a parceria entre Copper Fox Metals e Teck Resources no projeto Schaft Creek, de cobre, ouro e prata, no Canadá.

Na América Latina, a PwC destaca o acordo entre a Polar Star Mining e a Newmont Mining para explorar cobre no Chile.

Entre projetos com potencial de anúncios de joint ventures, Gravelle cita o caso da Rio Tinto com a jazida de ferro de Simandou, na Guiné. A companhia anunciou que está em busca de parceiros investidores para o projeto. Em fevereiro, seu principal executivo, Sam Walsh, afirmou em teleconferência que um parceiro reduziria o risco da empresa e possibilitaria uma mudança significativa no projeto.

Gravelle também espera o aumento de joint ventures entre parceiros de históricos diferentes, como fundos soberanos com companhias de produção dos metais e minérios. Na sua experiência na PwC, esse modelo de união é mais fácil no que diz respeito aos termos e condições. Outra expectativa dele é de que aconteçam investimentos de private equity, já que há fundos do setor que captaram em 2013 e ainda não fizeram aportes.

O executivo da área de mineração da PwC comenta, entretanto, que a formação de joint ventures tem suas desvantagens. Em mineração, ele cita como a principal delas a possibilidade de falta de acordo entre os sócios, o que pode levar a atrasos na tomada de decisões.

Ele lembra que os preços das commodities metálicas e minerais estão, em geral, bastante pressionados nos últimos anos, com a desaceleração global. Na visão dele, a continuidade da urbanização na China, na Índia e em países africanos, como a Nigéria, tende a contribuir para uma aceleração da demanda global nos próximos anos, o que levará os preços das commodities metálicas e minerais a uma recuperação.

Gravelle aposta no ouro como o metal que poderá mostrar uma melhora antes dos demais, com seu preço favorecido pelo aumento da demanda global. Ainda que a oferta também esteja em alta, ele diz que os fundos de investimento que estavam vendendo ouro nos últimos meses agora estão parando, o que está limitando o excesso de volume ofertado.

Em relação ao minério de ferro, o executivo diz acreditar que a demanda chinesa continua a sustentar os preços em um patamar adequado para os produtores brasileiros. Ele destaca que o minério de origem do Brasil, por ter um teor mais alto de ferro, tende a ser preferido nos próximos anos por causa das preocupações ambientais. Quanto mais

puro é o minério, menor é o gasto de energia e a emissão de poluentes para a produção do aço.

Depois da passagem no Brasil, Gravelle seguiu para China, onde tinha reuniões com executivos de mineração. Em seguida, passaria pela Austrália, antes de retornar ao Canadá, onde está baseado.

30-24/04/2014

Usiminas corrige dado de vendas de minério de ferro

Por Fernanda Guimarães | Estadão Conteúdo

A Usiminas corrigiu para baixo o dado referente às vendas de minério de ferro divulgado em seu relatório de resultados referente ao 1º trimestre do ano. As vendas de minério de ferro feitas pela Usiminas somaram 1,765 milhão de toneladas no primeiro trimestre do ano passado, número que representa um crescimento de 31% em relação ao observado um ano antes. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, a queda foi de 20%.

Do total das vendas 298 mil toneladas foram realizadas para terceiros no mercado interno, 509 mil toneladas foram destinadas às exportações e 957 mil toneladas, para vendas à própria Usiminas. Já a produção de minério de ferro no período chegou a 1,618 milhão de toneladas, recuo de 1,9% ante o visto um ano antes. Na relação com o quarto trimestre do ano passado a queda foi de 21%.

A receita líquida da unidade de mineração registrada no período foi de R\$ 345,6 milhões, queda de 9,6% quando comparada ao quarto trimestre do ano passado. Essa queda é explicada, segundo a empresa, pelos menores volumes vendidos, o que foi parcialmente compensado pelos maiores preços médios dos produtos em reais. A companhia explicou que o "menor preço médio em dólar foi compensado pelo câmbio médio mais alto no trimestre".

31-25/04/2014

PETRA DIAMONDS AUMENTA A PRODUÇÃO DE DIAMANTES: LUCROS SOBEM

A mineradora Petra Diamonds viu, ontem, a sua ação subir 3,6%. O motivo por trás do otimismo é um significativo aumento na produção de diamantes, de 15% no trimestre. Neste período foram produzidos 743.424 quilates, o que projeta uma produção anual de 3 milhões de quilates. Espera-se um lucro líquido de US\$143 milhões.

A Petra comprou alguns dos mais importantes kimberlitos do mundo, como o Premier, onde se encontra a Mina Cullinan, na África do Sul. Cullinan é famosa por ter produzido o maior diamante do mundo o Cullinan. A mineradora pretende expandir a sua produção anual para 5 milhões de quilates em 2019.

Fonte: Geólogo

32-25/04/2014

ANGLO AMERICAN AUMENTA EM 48% PRODUÇÃO DE NÍQUEL NO PRIMEIRO TRIMESTRE

A produção global de níquel da Anglo American atingiu 9,2 mil toneladas no primeiro trimestre deste ano, uma alta de 48% em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com a empresa, o aumento foi impulsionado por uma maior estabilidade operacional do projeto Barro Alto, em Goiás. Resultados positivos também foram alcançados com o cobre, que teve aumento de produção de 19%.

De acordo com relatório de resultados divulgado ontem (24), a mina de Barro Alto produziu 6,9 mil toneladas de níquel no primeiro trimestre deste ano, um aumento de 68% se comparado ao mesmo período de 2013. Segundo a empresa, o resultado reflete a estabilidade operacional da mina.

Outro resultado positivo foi registrado na produção de cobre, que aumentou 19% para 202 mil toneladas. Os melhores desempenhos foram registrados nas minas Los Bronces e Collahuasi, ambas no Chile. Só em Los Bronces, a produção aumentou 17% e atingiu 115,6 mil toneladas, com teores mais altos e melhora no rendimento da planta. Segundo a empresa, ao longo do ano, são esperados teores mais baixos para compensar os ganhos iniciais.

De acordo com o relatório, a previsão de produção de cobre para 2014 foi revista e passou de 700 a 720 mil toneladas para 710 a 730 mil toneladas.

A produção na unidade de níquel Codemin, em Niquelândia (GO), teve um aumento de 10%, chegando a 2,3 mil toneladas. A previsão para todo o ano de 2014 é que ela permaneça estável entre 30 e 35 mil toneladas.

Outro metal estabilizado é o nióbio, que permaneceu com a produção de 1,1 mil toneladas nos três primeiros meses do ano, com recuperações mais altas sendo compensadas por teores mais baixos do minério. De acordo com a empresa, o projeto Fresh Rock, que visa estender a vida útil da mina de Boa Vista, em Catalão (GO) já está 85% concluído e deverá ter sua primeira produção no segundo semestre deste ano.

A produção de fosfato concentrado nos três primeiros meses do ano ficou estável em 347, 9 mil toneladas, enquanto a produção de fertilizantes diminuiu 2%, devido a paradas para manutenção não planejadas.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

33-25/04/2014

NOVA USINA VAI AUMENTAR PRODUÇÃO DE CALCÁRIO EM RONDÔNIA

Com um investimento aproximado de R\$11 milhões na construção de uma nova usina de calcário, o Governo de Rondônia vai assegurar competitividade à pecuária e à produção agrícola do estado. Com a nova usina, os produtores de Rondônia terão acesso facilitado ao calcário, além de contar com um produto de qualidade superior ao que é produzido atualmente.

Na manhã desta quinta-feira (24), o Governador de Rondônia, Confúcio Moura, acompanhado de sua equipe, do presidente da Companhia de Mineração de Rondônia (CRM), Moisés Góis, e dos deputados estaduais Kaká Mendonça e Brito do Incra, vistoriaram a nova usina que deverá ser entregue até o final de maio.

Com quatro barracões, que serão utilizados nos processos de britagem, moagem e armazenamento, e ainda quatro moinhos e uma subestação de energia, a nova usina vai aumentar expressivamente a produção de calcário em Rondônia. A produção, que até agora era de 25 mil toneladas por ano, saltará para 400 mil toneladas anuais. “Esta nova usina, além de aumentar a produção, vai melhorar a qualidade do calcário, deixando-o mais fino, o que permite que ele seja absorvido mais rapidamente pelo solo”, explicou o presidente da CMR.

Atualmente, a maior parte dos produtores de Rondônia precisa trazer o calcário do estado de Mato Grosso, o que encarece o produto. Como apontou o governador Confúcio Moura, o gasto com o frete chega a ser maior do que o gasto com o produto. Em cidades como Ariquemes, o calcário é vendido por até R\$180,00 a tonelada, já com o aumento da produção em Rondônia, uma tonelada de calcário poderá ser adquirida por aproximadamente R\$40,00.

Durante a vistoria às obras de construção e instalação dos equipamentos, o governador destacou que a grande importância deste investimento é a independência de Rondônia em relação ao calcário, uma vez que a produção vai aumentar, tornando o estado mais competitivo.

Após vistoriar as novas instalações, o governador Confúcio Moura reuniu sua equipe e funcionários da Companhia de Mineração de Rondônia para discutir assuntos pertinentes ao funcionamento da usina. Entre os assuntos abordados estiveram presentes questões como a segurança dos trabalhadores, da usina e da mina; controle de entrada e saída de veículos na área da usina; instalação de sistema de monitoramento com câmeras e internet; transporte do calcário da mina até a usina; processamento do calcário; distribuição, entre outros.

Durante a reunião, o governador recebeu o reconhecimento por parte do deputado estadual Brito do Incra pela iniciativa de estar acompanhando a execução e instalação desta importante obra, e ainda de se reunir com todos os servidores para deliberar, em conjunto, sobre as questões relativas ao funcionamento da nova usina de calcário. “Eu poderia ter esperado tudo deste momento. Que o senhor viesse até aqui, visitasse a usina, falasse o que queria e o que não queria, mandasse e desmandasse, mas jamais que o senhor promoveria esta reunião conosco, com os seus assessores e com os funcionários da Companhia de Mineração, de forma humanizada, ouvindo todos e discutindo os pontos um a um”.

Fonte: O Nortão On Line

34-25/04/2014

STJ isenta Vale de pagar tributos

A Vale conquistou ontem o direito de não pagar imposto sobre o lucro obtido em países onde o Brasil mantém acordo para evitar a bitributação. A decisão, favorável à mineradora e contrária a interesses do Governo, é da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A mineradora questionava impostos cobrados desde 2002. O Governo vai recorrer no Supremo Tribunal Federal (STF), segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A corte entendeu que o Governo não pode tributar os rendimentos obtidos pela Vale na Dinamarca, na Bélgica e em Luxemburgo, que mantêm acordos com o Brasil. Já no caso da subsidiária em Bermudas, onde não há entendimentos desse tipo, a cobrança foi autorizada. Os investidores gostaram e a cotação das ações da empresa subiu. **(da FolhaPress)**

35-25/04/2014

AS RIQUEZAS DO FUNDO DO MAR: A NOVA FRONTEIRA DA MINERAÇÃO

Dono de um extenso litoral, o Brasil começa – tardiamente – a pesquisar o leito marinho sob sua jurisdição, de olho nos recursos minerais. Os estudos mostram que há muito mais do que petróleo e gás para explorar no fundo do oceano

Por Eduardo Araia

Se um determinado produto começa a faltar, a elevação de seu preço viabiliza alternativas mais caras de encontrá-lo. Essa regra simples da economia está por trás, por exemplo, da descoberta de petróleo na camada de pré-sal da Bacia de Santos. Ela é a base também de um amplo movimento de governos e de indústrias mineradoras, nos últimos tempos, cujo alvo é um enorme e ainda pouco conhecido reduto: o mar, dono de 70% da superfície terrestre.

As primeiras expedições dedicadas a explorar as profundezas oceânicas ocorreram nas décadas de 1960 e 1970. Nessas ocasiões foram descobertos no Pacífico Norte nódulos de manganês ricos em cobalto, cobre e níquel. A descoberta, porém, ficou apenas no nível científico em virtude de dois fatores básicos, um político e um tecnológico.

De início, não havia um acordo abrangente sobre qual área da plataforma continental pertencia a determinado país e, em consequência, onde começavam as águas internacionais. As respostas a essas questões só avançaram com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, que estabeleceu os princípios gerais da exploração dos recursos submarinos. Outra dificuldade eram os enormes custos gerados por um instrumental ainda precário para essa tarefa. Mas a evolução tecnológica e a procura crescente por esses recursos estão tornando a relação custo-benefício mais favorável aos mineradores.

oje em dia, praticamente todos os minerais e pedras preciosas são explorados no oceano. Nove entre dez diamantes extraídos atualmente vêm do mar que banha o litoral da Namíbia e da África do Sul. No início deste século foram encontrados nas profundezas grandes depósitos de sulfetos polimetálicos, cuja composição inclui ouro, prata, cobre, ferro e zinco.

Dono de um litoral de cerca de 7.400 quilômetros, o Brasil tem um vasto patrimônio submarino a explorar – o que, como de hábito, começou a fazer com atraso. Agora, porém, o país ganhou uma ferramenta preciosa: os estudos geológicos feitos pela Petrobras nos últimos 20 anos na Bacia de Santos.

Sigilosos até há poucos anos atrás, os dados reunidos pela empresa só recentemente passaram a ser divulgados para outras instituições brasileiras. O governo federal demonstra interesse na pesquisa mineral marinha, destinando-lhe recursos pelo Programa de Aceleração do Crescimento e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. No fim do ano passado, o País levou à Autoridade Internacional para o Fundo do Mar (Isba, na sigla em inglês), que cuida do controle da exploração no leito dos mares, seu primeiro pedido para desenvolver pesquisas de mineração oceânica. O projeto, a ser desenvolvido na Elevação do Rio Grande, área de cerca de 3.000 km² no Atlântico Sul (ver quadro), deverá envolver um investimento de US\$ 11 milhões nos primeiros cinco anos de contrato, que teria duração de 15 anos.

Mas o trabalho no setor ainda é precário e depende muito do apoio fornecido pela Petrobras e pela Marinha. Assim como a estatal esteve envolvida nos últimos 20 anos com as pesquisas sobre a Bacia de Santos, a Marinha dedicou-se nesse período a um programa de investigação da plataforma continental, o Leplac, a fim de pleitear junto à ONU a soberania brasileira sobre a área da plataforma oceânica situada fora da zona econômica exclusiva (a reivindicação foi atendida em 81%). Só quando todas essas prioridades foram equacionadas é que os cientistas começaram a embarcar para fazer pesquisas geológicas no mar.

“Em termos acadêmicos, o atual momento da geologia marinha brasileira é bem melhor que no passado”, disse a professora Helenice Vital, líder do grupo de pesquisa Ciências do Mar e Ambientais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. “Os equipamentos estão mais compactos e mais acessíveis financeiramente, permitindo que mais universidades possam adquiri-los. Entretanto, o meio flutuante – a falta de navios de pesquisa – continua a ser o principal gargalo.”

Carlos Alberto Leite, comandante da Marinha, reconhece a validade das reclamações, mas observa que a situação era justificável por questões estratégicas: “Tanto o Leplac como o pré-sal foram muito importantes para chegarmos a esse momento espetacular que estamos vivendo em relação ao mar.” Ele é um dos responsáveis por um programa governamental, o Remplac, criado em 1997 – mas só ativado em 2005 – para mapear os recursos minerais marinhos (com exceção do petróleo) nos 4,5 milhões de quilômetros quadrados da plataforma continental brasileira.

iniciativa, coordenada pelo Ministério das Minas e Energia no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, envolve a Casa Civil, 13 ministérios, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (estatal) e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), além da Marinha, de 15 universidades e de outras instituições federais.

Além do Proarea (ver quadro), o Remplac responde pelos grandes projetos de pesquisa de mineração marinha desenvolvidos no Brasil. Dois deles dedicam-se à busca de pedras preciosas: ouro na região da foz do Rio Gurupi, entre o Pará e o Maranhão, e diamantes na costa baiana, na área da foz do Rio Jequitinhonha (em cuja bacia, em Minas Gerais, foi extraída quase toda a produção diamantífera do país até os anos 1980).

Sulfetos polimetálicos depositados a profundidades entre mil e 4 mil metros estão sendo pesquisados nas águas em torno do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a cerca de 1.000 km de Natal. Ótima fonte de fósforo (minério já raro em terra e muito usado nas indústrias de fertilizantes e de ração animal), a fosforita é objeto de estudos no litoral da Região Sul. Por ser encontrado em águas rasas, o calcário marinho (útil em fertilizantes, alimentos e cosméticos), pesquisado nos litorais do Nordeste e do Sudeste, já é explorado comercialmente, no Maranhão e no Espírito Santo.

A animação científica com as novas descobertas fica algo embaçada quando se fala no impacto ambiental da exploração comercial. Dois fatores são destacados por Fábio Motta, coordenador do Programa Costa Atlântica, da SOS Mata Atlântica, e pesquisador da Unesp: o aumento da turbidez da água, que afeta a fotossíntese, e a destruição de habitats, com possível interferência na pesca. Mas como ainda não existe mineração marinha em grande escala, fica difícil avaliar a questão.

“A exploração comercial dos minérios no fundo do oceano teria de ser feita de forma mais restritiva, pois no mar os danos não são visíveis”, ressalta Helenice Vital. “Além disso, no caso do Brasil, ainda não conhecemos suficientemente o meio submerso para mensurar os prejuízos que a mineração poderia ocasionar.”

Montanhas submersas

O governo brasileiro não desenvolve pesquisas de geologia marinha apenas na plataforma continental. Seu Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea) destina-se a identificar e avaliar o potencial mineral de regiões com importância econômica e político-estratégica para o país situadas na Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial.

Seu primeiro alvo é a Elevação do Rio Grande, um maciço situado a cerca de 3 mil quilômetros do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Sua base está a 4 mil metros de profundidade, mas seu cume fica “apenas” 800 metros abaixo do nível do mar. Segundo estudos preliminares, a área tem depósitos de crostas cobaltíferas, ricas em manganês, níquel, platina, cobalto, tálio e telúrio. Também há indícios de terras-raras (minerais importantes na indústria da computação e em painéis solares).

O Brasil fez sua requisição no fim de 2013 de olho em fatores políticos, estratégicos e econômicos: “Estamos garantindo que o país tenha recursos estratégicos no futuro”, afirma Kaiser Gonçalves de Souza, chefe da divisão de geologia marinha do CPRM. Alemanha, França, Rússia, Japão, Coreia do Sul, China e Índia, além de um consórcio que reúne Cuba e países do Leste Europeu, já aguardam o parecer da ONU quanto às suas solicitações.

Riquezas do mar brasileiro

Conheça abaixo os principais minérios do leito marinho na costa brasileira, pesquisados em projetos conduzidos pelo governo federal em parceria com universidades.

OURO E METAIS PESADOS

Na região de Vizeu-Carutapera, entre o Pará e o Maranhão, a até 200 metros de profundidade

SULFETOS POLIMETÁLICOS

Nas águas ao redor do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, em plena área da cadeia meso-oceânica

AREIA E CALCÁRIO

Do Maranhão ao Espírito Santo, em águas com até 30 metros de profundidade

DIAMANTE

Na área da foz dos rios Pardo e Jequitinhonha, a até 1.000 metros de profundidade
Arquipélago de Trindade e Martim Vaz

ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA

EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL

FOSFORITA

Nas bacias de Santos e Pelotas, com profundidade entre 200 e 600 metros

CROSTAS COBALTÍFERAS

Na Elevação do Rio Grande, situada fora da plataforma continental e cujo topo está a cerca de 800 metros de profundidade

ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA

(3,6 milhões de km²)

Nessa área que vai até 200 milhas náuticas (370,4 km) a partir da costa o país tem prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não vivos, e é responsável por sua gestão

EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL

(960 mil km²)

Área além das 200 milhas náuticas ainda situada na plataforma continental (a parte submersa da crosta continental, fronteira à crosta oceânica). Em 2004, o Brasil reivindicou da ONU o reconhecimento da extensão da plataforma continental, e seu pleito foi atendido em 81% do território pleiteado. A aprovação implica a posse dos direitos de exploração dos recursos minerais do leito marinho. Os 19% restantes ainda estão em negociação.

Fonte: Brasil 247

36-25/04/2014

Vale ganha processo sobre tributo de lucro de controladas no exterior

Procuradoria informou que o governo pode recorrer da decisão

Renata Veríssimo, da Agência Estado

BRASÍLIA - A primeira turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu nesta quinta-feira, 24, favoravelmente à Vale, por três votos a favor e um, contrário, no julgamento do recurso especial que discute a cobrança de impostos sobre lucro de empresas controladas no exterior. O julgamento estava suspenso por pedido de vista e foi concluído nesta quinta-feira, 24, com os votos favoráveis do relator Napoleão Nunes Maia Filho e do ministro Arnaldo Esteves Lima. Os dois afirmaram não reconhecer a tributação sobre o lucro utilizando o método de equivalência patrimonial.

Acompanhando o ministro Ari Pargendler, que já havia dado voto a favor da Vale, os ministros não consideraram no voto a tributação sobre o lucro da empresa em Bermudas, considerado paraíso fiscal e, portanto, sem tratado de bitributação com o Brasil. No entanto, decidiram que o lucro obtido na Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo devem ser tributados somente nesses países em respeito aos acordos de bitributação. O único voto contrário à Vale foi do ministro Sergio Kukina. O ministro Benedito Gonçalves se declarou impedido.

O procurador da Fazenda Nacional (PGFN), João Batista de Figueiredo, informou que o governo "em tese" irá recorrer da decisão. Segundo ele, a PGFN vai esperar a publicação do acórdão para avaliar se cabe um recurso ao próprio STJ, por meio de embargo de divergência, ou ao Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com o procurador, a PGFN não concorda com a posição firmada hoje pelos ministros, que consideraram ilegal o cálculo da tributação sobre o lucro de empresas coligadas ou controladas no exterior utilizando o método de equivalência patrimonial. O Tribunal considerou que a equivalência patrimonial não poderia ter sido instituída por Instrução Normativa.

Figueiredo afirmou que essa decisão cria um problema para o governo porque elimina o método de cálculo da tributação, que segundo ele é universalmente utilizado.

O procurador explicou que essa decisão também levanta uma discussão sobre a autuação da Receita sobre o lucro obtido pela Vale em Bermudas. Os ministros não consideraram Bermudas por entenderem que se trata de paraíso fiscal e, portanto, não tem acordos com o Brasil para evitar a bitributação. Mas ao considerar inconstitucional o cálculo pela equivalência patrimonial coloca em xeque a autuação da Receita. "Em tese, a decisão (do STJ) derruba a autuação em Bermudas", disse.

Refis. Figueiredo afirmou não ter os valores que deixarão de ser recolhidos pela Receita Federal com a decisão do tribunal. Ele, no entanto, disse que a Vale não deve ter sucesso se for adiante com a intenção de solicitar de volta os recursos pagos à União em função da adesão ao parcelamento de débitos (Refis) em novembro do ano passado. Na avaliação do procurador, a Vale, ao aderir ao programa, renunciou ao seu direito de questionar a cobrança.

A mineradora reconheceu parte da dívida cobrada pela Receita, mas manteve a decisão de dar prosseguimento ao julgamento do processo no STJ. Para Figueiredo, a decisão de hoje do tribunal afeta apenas o passado das empresas. Segundo ele, a tributação com

base na equivalência patrimonial está explícita na Medida Provisória 627, aprovada pelo Congresso Nacional e que deve ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff nos próximos dias. "A Vale e as outras empresas vão passar a ser tributadas no futuro", afirmou.

37-25/04/2014

AUSTRÁLIA QUER ESTREITAR LAÇOS COMERCIAIS COM MINAS GERAIS

Delegação do estado de Queensland se reuniu com deputados e falou sobre o interesse nos setores de mineração e energia

O estado australiano de Queensland tem interesse em ampliar sua presença em Minas, especialmente nos setores de produção de energia e MINERAÇÃO. A informação foi repassada a parlamentares mineiros pelo ministro de Recursos Naturais e Minas de Queensland, Andrew Cripps, em encontro realizado ontem, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa (ALMG).

A delegação estrangeira foi recebida pelo 1º-secretário, deputado Dilzon Melo (PTB); pelo vice-presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Tiago Ulisses (PV); e pelos deputados Lafayette de Andrada (PSDB) e Wander Borges (PSB). O objetivo da visita foi discutir as oportunidades de cooperação técnica entre Queensland e Minas.

Cripps lembrou que Queensland abriga o maior projeto de MINERAÇÃO em execução no mundo, avaliado em US\$ 9 bilhões, sob a responsabilidade da empresa Anglo American. Ele afirmou, no entanto, que seu país reconhece a liderança mundial brasileira na produção de biocombustíveis, que interessam às empresas australianas. Ainda hoje, segundo ele, as mineradoras na Austrália utilizam, basicamente, o carvão para a produção de energia. "Nossa grande preocupação é com o preço da energia.

Estamos esperançosos de que essa parceria seja bem-sucedida", afirmou.

"Estamos esperançosos de que essa parceria seja bem-sucedida"

Fonte: Diário Oficial dos Municípios

38-25/04/2014

Rio Acima blinda Serra do Gandarela e acelera criação de parque

Bruno Porto - Hoje em Dia

O prefeito de Rio Acima, Antônio Pires de Miranda Júnior (PR), quer conquistar aliados para a proteção da Serra do Gandarela e acelerar o processo de criação do Parque

Nacional na região, barrando o assédio de mineradoras pela área. A prefeitura realizará neste sábado (26) a oficialização do tombamento municipal da parte da serra inserida no município. A medida impactará as pretensões da Vale de implantar na área da serra o projeto Apolo, que prevê aporte de R\$ 4 bilhões para uma mina com potencial para 24 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

“Não há argumento que possa impedir essa proteção à serra e às reservas de água lá existentes. O investimento da Vale no município, via projeto Apolo, está previsto apenas para 2027, em caso de expansões, mas nossa vocação é para o turismo”, afirmou.

Ele convocou os prefeitos das cidades onde se pretende criar o Parque Nacional da Serra do Gandarela a tomarem a mesma medida, o que para ele, agilizaria a aprovação do Parque.

A Vale informou, por meio de nota, que está avaliando os impactos da decisão municipal.

O projeto Apolo, antiga mina Maquiné-Baú, é estudado pela Vale pelo menos desde 2007, quando começou a ser citado nos balanços da companhia, ainda sem aprovação do Conselho de Administração. Em 2011, pela primeira vez um balanço trouxe a previsão de início dos investimentos, com R\$ 377 milhões destinados ao plano. O projeto abrange Rio Acima, Santa Bárbara, Caeté, Raposos e Nova Lima.

No entanto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentou o plano de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, que, além dos cinco municípios que receberiam o projeto Apolo, ainda engloba Barão de Cocais, Itabirito e Ouro Preto. As partes negociaram visando conciliar os interesses e viabilizar os dois empreendimentos, porém não houve acordo. Enquanto o licenciamento ambiental da mina está paralisado, a criação do Parque é analisada no Ministério de Meio Ambiente.

Perfil

O Gandarela faz parte da Serra do Espinhaço, declarada reserva da Biosfera pela Unesco. Lá, nascem grande parte das águas que formam o Rio das Velhas a oeste, que drena para o São Francisco, e o Conceição a leste, que corre para o Rio Doce. Levantamento feito por sensoriamento remoto indicou a existência de mais de mil nascentes dentro do polígono proposto para a criação do Parque. No município de Caeté, por exemplo, 85% das águas têm origem na área onde se pretende criar o parque. Os mananciais ainda asseguram o abastecimento de cerca de 45% da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e de 60% da capital.

Alexandre Sion, advogado especialista em Direito Ambiental, informou que tombamentos instituídos por municípios podem ser revertidos apenas pelo município que os instituiu.

“Na medida em que não há hierarquia entre os entes federativos, não pode o Estado ou a União reverter medida administrativa imposta por município”, disse, afastando a possibilidade de os governos estadual ou federal anularem a decisão do prefeito.

Entretanto, é possível medida judicial com o objetivo de desconstituir o tombamento. “Isso em caso de vício de forma, de finalidade ou caso os motivos determinantes do ato sejam diferentes da situação fática. Como exemplo, se o ato declara que o tombamento se deu por conta da beleza cênica da área, a situação real deve ser tal beleza e não eventual desinteresse do município em permitir a mineração na região. A dificuldade dessa última hipótese é a prova”, afirmou Sion.

39-25/04/2014

Usiminas espera mercado similar no 2º trimestre

Por **Olivia Alonso | De São Paulo**

Após resultados consistentes no primeiro trimestre do ano, a Usiminas prevê um segundo trimestre mais difícil. Executivos da empresa afirmaram ontem que o período de abril a junho será parecido com os três primeiros meses de 2014. Segundo Sergio Leite, vice-presidente comercial, a ocorrência de três feriados longos e de parte da Copa do Mundo no segundo trimestre fará com que este ano seja diferente dos anteriores, quando o período de abril a junho costumava ser mais forte. De janeiro a março, a companhia vendeu 1,4 milhão de toneladas de aço, 88% disso no mercado interno.

A empresa manifestou preocupação ainda com a demanda das montadoras. Segundo o executivo, em contato com as fabricantes de veículos, a Usiminas já constatou uma redução do ritmo de produção. Em relação a outros segmentos, a percepção é de que os pedidos seguem mais firmes.

relativo a preços, o momento é de estabilidade, disse Leite. Após reajustes na distribuição de aço em janeiro e para montadoras, a empresa está agora em fase final de implantação no setor industrial. Segundo ele, ainda haverá a aplicação de alta da ordem de 2%, que ficou para este trimestre.

A companhia espera ainda que seus custos serão mantidos neste trimestre. Para o restante do ano, porém, as previsões são mais difíceis. "Ainda temos alguma visibilidade no segundo trimestre deste ano, de que será parecido com o primeiro em demanda. Mas temos dificuldade em enxergar como vai ser o segundo semestre", disse Ronald Seckelmann, vice-presidente de finanças e de RI.

De janeiro a março, a Usiminas obteve lucro líquido de R\$ 222 milhões (e de R\$ 184,6 milhões atribuído aos controladores), acima das projeções dos analistas (que indicavam R\$ 154 milhões) e revertendo o prejuízo de R\$ 153,6 milhões um ano antes. O resultado foi puxado pelo aumento do preço do aço (de 6,2% em média sobre o quarto trimestre de 2013), pela redução de custos e das despesas operacionais e financeiras.

A receita líquida teve recuo de 1,6% em um ano e somou R\$ 3,14 bilhões. A margem Ebitda consolidada da empresa foi de 21% no trimestre, alta de 11 pontos percentuais sobre mesmo período de 2013. Em siderurgia a margem Ebitda saltou para 16,6%, enquanto em mineração subiu para 5,7%

Segundo Julián Eguren, presidente da Usiminas, a empresa tem feito melhorias de eficiência no sistema industrial e continuará a buscar a melhora de sua produtividade. E disse que a siderúrgica está concentrando suas operações nas linhas com maior produtividade.

Apesar da previsão de vendas estáveis de aço, Eguren disse que a empresa não considera a possibilidade de eduzir a produção destinada ao mercado externo, cuja margem é mais baixa, para vender mais energia. "Não vamos abandonar nosso 'core business'", afirmou, em referência à produção de aço. No trimestre, a empresa registrou R\$ 75 milhões com venda de energia gerada internamente. O presidente ressaltou ainda que a empresa vai continuar avaliando o mercado para "capitalizar a oportunidade" de venda de energia.

A Usiminas evitou dar projeções de volumes de minério para os próximos trimestres e afirmou que suas vendas vão depender da entrada em operação do Porto Sudeste e do sucesso ou não da companhia em leilões de espaço portuário da Vale. A siderúrgica disse ter "grande expectativa" de começar a usar o Porto Sudeste.

"Os novos donos têm sinalizado que a data de entrada em operação se dará em agosto. Temos uma expectativa forte, pois isso vai melhorar mais ainda nossa relação de custos na cadeia de minério de ferro para exportação", afirmou o diretor-executivo de Mineração Usiminas, Wilfred Bruijn. Segundo ele, a Usiminas tem no momento três embarques assegurados no porto da CSN.

A companhia vendeu 1,765 milhão de toneladas de minério de ferro no primeiro trimestre, sendo 509 mil para o mercado externo (aumento de 208% em um ano), 298 mil para terceiros e 957 mil para a própria empresa.

40-25/04/2014

Lucro da Usiminas no primeiro trimestre é o maior desde 2010

Lenta e gradual. Assim o presidente da Usiminas, Julián Eguren, definiu como seria o processo de recuperação da companhia, que no momento de sua posse, em janeiro de 2012, atravessava uma crise de grandes dimensões, e acumulou seguidos resultados negativos em seus demonstrativos financeiros. O resultado do balanço do primeiro trimestre de 2014, publicado na última quinta-feira (24), com o terceiro lucro líquido trimestral positivo consecutivo, de R\$ 222 milhões, indica que a política de "fechar as torneiras" parece ter recolocado a usina no caminho certo.

O resultado foi o maior da companhia desde o primeiro trimestre de 2010, quando registrou lucro líquido de R\$ 309 milhões.

Os investimentos em mineração começaram a aparecer no resultado financeiro, compensando um cenário ainda adverso para o aço. Um dos principais indicadores deteriorados – a margem de lucro – voltou a crescer.

No negócio mineração, a receita foi de R\$ 345,6 milhões, um salto de 39,4%, impulsionada basicamente pelo aumento de 31,1% no volume vendido, que totalizou 1,7 milhão de toneladas. Na siderurgia os maiores preços praticados compensaram a redução de 9,7% das vendas.

O Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização Ajustado (Ebitda) mais do que dobrou entre o primeiro trimestre do ano passado e igual período de 2014, atingindo R\$ 655,4 milhões, ajudado pelo ganho de 10,1 pontos percentuais na margem bruta e pela redução em 18,1% das despesas operacionais. A margem Ebitda, no mesmo intervalo, saiu de 9% para 21%.

Ações caem

Após a divulgação do resultado, os papéis da Usiminas cederam 5,58%.

O analista Victor Penna, do BB Investimentos, considerou o resultado positivo, mas chamou atenção para a venda de energia, que, por mais que gere ganhos adicionais no curto prazo, ratifica a ociosidade da capacidade instalada da companhia.

"O desempenho ainda deverá ser mais fraco no segundo trimestre com a redução no ritmo de produção das montadoras em função dos feriados e Copa do Mundo", afirmou.

Kátia Freitas, analista da Concórdia Corretora de Valores, também considerou o resultado favorável, mas indicou que se a recuperação mostrou estar em curso, ainda há o que fazer, sobretudo pelo cenário adverso da economia. “Temos que observar se os ganhos de eficiência operacional serão suficientes para mitigar os efeitos da desaceleração da economia”, afirmou em relatório.

Fonte: Hoje em Dia

41-25/04/2014

Mercados ficam mais otimistas sobre apetite da China por matérias-primas

Por **Wayne Arnold, Ira Iosebashvili e Chuin-Wei Yap** | **The Wall Street Journal, de Hong Kong, Nova York e Pequim**

Os mercados mundiais de commodities estão ficando mais positivos em relação à China.

Os temores de uma freada drástica na economia chinesa, que cresceu no primeiro trimestre no ritmo mais lento dos últimos 18 meses, derrubaram os preços de muitas commodities este ano. Mas mesmo com a desaceleração, o país continua a importar grandes quantidades de recursos naturais, como minério de ferro, cobre e soja.

Agora, muitos investidores e analistas estão apostando que os preços já bateram no fundo. Eles creem que o governo chinês vai provavelmente evitar um colapso econômico e que o crescimento vai se estabilizar nos níveis atuais, em torno de 7% ao ano. Embora o índice esteja abaixo do crescimento de dois dígitos dos últimos dez anos, a economia chinesa é hoje tão grande que vai continuar absorvendo quantidades crescentes de matérias-primas durante os próximos anos, argumentam esses analistas e investidores.

"As pessoas estão sendo um pouco severas demais na sua visão da China", diz Sameer Samana, estrategista sênior internacional da americana Wells Fargo Advisors, que administra US\$ 1,4 trilhão em ativos. Em fevereiro, a Wells Fargo Advisors começou a comprar cobre, zinco e alumínio durante períodos de queda através de um fundo negociado em bolsa e, em março, adicionou os ativos à sua carteira.

Algumas matérias-primas, inclusive minério de ferro, níquel e alumínio, começaram nos últimos 30 dias a recuperar as perdas acumuladas em 2014. Os preços do cobre subiram cerca de 5% após terem atingido um mínimo de três anos e meio em março. O contrato futuro da soja para entrega em maio foi negociado a US\$ 14,72 a libra (0,45 quilo) ontem, uma alta de 12% no ano. Os preços da soja vêm subindo constantemente uma vez que a demanda chinesa esgotou os estoques americanos, que deverão ter caído para seu ponto mais baixo em dez anos no fim da temporada de vendas, em agosto.

Mesmo assim, os preços das commodities não devem voltar a subir para níveis recorde, muitos dos quais foram alcançados em 2011. Desde então, os preços caíram de maneira geral, devido ao desaquecimento da economia chinesa e ao surgimento de várias novas fontes de commodities. O aumento da produção, planejado anos atrás, na época em que o crescimento chinês disparou, deve se concretizar nos próximos meses e anos, limitando o avanço dos preços.

Mas ainda há riscos para os investidores, já que preocupações sobre alguns aspectos da economia chinesa permanecem. A construção de imóveis no país, um importante motor

econômico, parece estar se estagnando em algumas cidades de médio porte, com sinais de excesso de oferta e queda dos preços. O crescimento dos investimentos em habitação no primeiro trimestre, quando a economia total cresceu 7,4%, ficou abaixo das expectativas.

Mas os preços ainda estão muito mais altos do que há cinco anos (perto do dobro para o minério de ferro) e muitos analistas preveem uma escalada contínua à medida que a China se urbaniza.

A maneira como os fatos vão se desenrolar terá amplas implicações para a economia global. Nos últimos 15 anos, a China passou a dominar os mercados mundiais de commodities, consumindo em torno de 67% do suprimento mundial de minério de ferro, mais de 40% da oferta de cobre e enormes quantidades de carvão, laticínios e açúcar.

Exportadores de commodities, como Brasil, África do Sul e Indonésia, países cujas economias fraquejaram em 2013 em meio aos receios de uma retração na China, são os que mais lucrariam, tirando milhões de cidadãos da pobreza. Mas Estados Unidos, Europa e Japão, grandes importadores de commodities, correm o risco de perder o benefício que a baixa dos preços gerou à frágil recuperação de suas economias.

Para a China, a dependência contínua de indústrias pesadas movidas a matérias-primas, tais como a do aço, que está assolada por dívidas e excesso de capacidade, pode reduzir a produtividade e levar a problemas econômicos no futuro.

A demanda chinesa por commodities tem se mostrado robusta. As importações de minério de ferro cresceram 19% em volume no primeiro trimestre ante o mesmo período de 2013, o ritmo mais rápido desde 2010.

As importações de cobre avançaram 24% e as de soja, mais de 33%. A produção doméstica de aço bateu um recorde em março, apesar das repetidas promessas do governo de fechar fábricas deficitárias e reduzir o excesso de capacidade.

Hoje, a economia chinesa atingiu um tal porte que até mesmo uma taxa de crescimento menor pode gerar uma enorme demanda. A Capital Economics, firma de pesquisas londrina, observa que a China agregou cinco trilhões de yuans, ou US\$ 800 bilhões, ao seu PIB em 2013, só um pouco menos que em 2007, quando a economia cresceu mais de 13%.

O aumento de 19% nas importações chinesas de minério de ferro no primeiro trimestre foi, em toneladas, o dobro da alta de dez anos atrás, quando as importações estavam crescendo por volta de 50% ao ano. Cada aumento de 1% nas importações de cobre equivale hoje, em volume, a um aumento de 4% em 2004.

Mas algumas indústrias, especialmente a de minério de ferro, receberão novas e volumosas ofertas, à medida que novas minas entrarem em operação na Austrália e em outros lugares.

"O boom econômico da China foi um desses eventos que ocorrem uma vez a cada século, e a dura realidade é que ele já acabou", disse David Rosenberg, chefe de estratégia da Gluskin, Sheff & Associates, fundo sediado em Toronto, Canadá, que administra US\$ 6,4 bilhões em ativos.

Mesmo assim, Rosenberg vê oportunidades. À medida que a China se afasta da indústria pesada e tende para uma economia mais focada no consumidor, setores como a indústria automobilística podem receber mais impulso, numa transição que, ele acredita, vai sustentar os preços dos combustíveis.

Muitos dizem que o governo da China vai garantir que não haverá uma fredda brusca na economia.

Os planos de desenvolvimento do governo chinês provavelmente manterão a demanda aquecida, dizem economistas. O governo pretende aumentar a proporção urbana de sua população de 1,3 bilhão de habitantes, partindo de pouco mais de 50% agora para 60% até 2020. A urbanização, segundo eles, deve impulsionar a demanda por aço e minério de ferro. Os planos para construir novas redes elétricas vão demandar muito cobre.

O Fundo Monetário Internacional, em relatório recente, projetou que o PIB per capita chinês teria que dobrar seu índice atual, de cerca de US\$ 7.000, antes que o apetite do país pelas commodities comece a arrefecer.

Para compensar as quedas recentes no comércio exterior e na produção industrial, as autoridades chinesas lançaram, no início de abril, um pacote de "miniestímulo", que inclui acelerar a construção de ferrovias e remover favelas para construir moradias urbanas a preços acessíveis - projetos que necessitam de matérias-primas como o aço.

"O novo plano de urbanização beneficia a demanda doméstica de aço no longo prazo", diz Wang Lei, executivo de vendas da Laiwu Iron & Steel Group Co., uma siderúrgica estatal de grande porte da província de Shandong.

O minério de ferro, principal ingrediente na produção do aço, estava sendo negociado ontem a US\$ 113,20 a tonelada, um aumento em relação aos US\$ 105 de março, o nível mais baixo em 17 meses, segundo o Steel Index. O ANZ Bank prevê que os preços vão superar US\$ 120 a tonelada nos próximos meses.

O governo é outro a apostar na necessidade de cobre da China no longo prazo. Neste mês, uma unidade da China Minmetals Corp. fechou a compra da mina da Glencore Xstrata no Peru, a Las Bambas, por US\$ 5,85 bilhões.

(Colaborou Rhiannon Hoyle.)

42-25/04/2014

Paranapanema renova conselho e Tini perde espaço

Por **Ana Paula Ragazzi e Carolina Mandl | Do Rio e de São Paulo**

Os acionistas da Paranapanema elegeram ontem novos conselhos - de administração e fiscal. A composição de ambos mostrou uma perda de espaço de um acionista relevante da empresa, o investidor Silvio Tini.

O conselho da Paranapanema tem sete vagas e, na eleição deste ano, houve a participação de um novo acionista, a Caixa Econômica Federal, que recebeu as ações quando o governo transferiu ao banco estatal uma carteira de papéis da BNDESPar.

Meses antes da assembleia, os principais acionistas iniciaram conversas para compor uma chapa única para o conselho. A ideia era unir as indicações para apoiar a empresa em seu momento atual, de reestruturação.

Outros acionistas relevantes são Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, que tem a maior fatia, de 23,96%; e Petros, dos empregados da Petrobras, com 11,81%. A Caixa possui 17,23%; e Tini, 8,3%.

Na hora de formar a chapa, Tini, que tradicionalmente indicava apenas um nome, indicou dois. E a proposta inicialmente feita para a votação acabou trazendo oito nomes para sete vagas. Conforme o **Valor** apurou, as duas indicações surpreenderam os sócios, que esperavam o apoio de Tini. Como não houve um consenso, a Previ, então, fez um pedido de procuração a outros acionistas e solicitou o processo de voto múltiplo para a eleição. Nesse mecanismo, em vez de votar em uma chapa, os acionistas distribuem seus votos em candidatos individualmente e tem mais poder para emplacar nomes aqueles que tiverem mais ações.

Sabendo da solicitação da Previ, apurou o **Valor**, no mesmo dia, Tini informou à empresa que retirava uma de suas indicações. Com o percentual de ações que detém, Tini, sozinho, não teria condição de eleger dois conselheiros.

O conselho escolhido mostra uma grande renovação, que foi bem recebida pelo mercado. A Previ elegeu três: Albano Chagas Vieira, executivo que não tem ligação com o fundo; Maria Paula Aranha e Valéria Maria de Paula Rezende. A Petros escolheu Mauricio França Rubem. A Caixa, Dannyel Lopes de Assis. Tini ficou com uma cadeira, ocupada por Paulo Amador da Cunha Bueno. E os acionistas Fernando Heller e Antonio Farina elegeram Maria Gustavo Brochado Heller Britto. A família Heller é sócia da Previ na Kepler Weber, que também vive uma reestruturação.

Dos sete integrantes, três são mulheres, algo pouco usual nas companhias abertas no Brasil.

Diante da falta de acordo com Tini, a eleição para o conselho fiscal trouxe surpresa. Inicialmente, conforme a proposta divulgada para a assembleia, havia quatro candidatos: dois de Tini, um da Petros e outro da Previ.

Durante a assembleia, no entanto, a Previ propôs uma nova chapa para o conselho fiscal, com cinco integrantes. As duas sugestões de Tini desapareceram. Os nomes que a fundação dos funcionários do BB e a Petros haviam indicado inicialmente, de Jacy Afonso de Melo e Humberto Santamaria, permaneceram. E surgiram outros três João Bosco Oliveira Santos, Suzana Jabra e Paulo Henrique Bezerra R. Costa.

O **Valor** apurou que eles foram sugeridos por outros acionistas que entregaram procurações de voto para a Previ e manifestaram interesse de ter representação.

Tini e um grupo de acionistas ligados a ele registraram entendimento de que deveria haver eleição em separado para o conselho fiscal por minoritários. No entanto, a mesa da assembleia informou que a eleição em separado não era aplicável, já que a empresa não tem controlador. Ainda assim submeteu a matéria para votação dos presentes, que rejeitaram a proposta. O grupo de Tini apresentou protesto. E a chapa indicada pela Previ foi eleita.